

FORMAR

PRECIO 200,00
28 - JUL/SET/18
TRIMESTRAL

REVISTA DOS FORMADORES

Formação Inicial sem (Equi)valência Académica

COMUNIDADE EUROPEIA
Fundo Social Europeu



INSTITUTO DO EMPREGO
E FORMAÇÃO PROFISSIONAL



HOMOLOGAÇÃO DE CURSOS DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE FORMADORES

Certificação da Aptidão de Formador

No âmbito do Sistema Nacional de Certificação Profissional e de acordo com a legislação em vigor, em particular, os Decretos Regulamentares n.º 66/94, de 18 de Novembro, e n.º 26/97, de 18 de Junho, o Certificado de Aptidão de Formador é exigido, para o exercício da respectiva actividade, a partir de **1 de Janeiro de 1998**.

Ao **Instituto do Emprego e Formação Profissional**, como serviço público executor das políticas de formação profissional, compete proceder à certificação dos formadores.

Estão em condições de serem certificados os candidatos que comprovem ter frequentado, com aproveitamento, o curso de formação pedagógica, com uma duração mínima de 90 horas, homologado pelo IEFP.

A homologação dos cursos de formação pedagógica de formadores deve ser solicitada ao IEFP – Delegações Regionais ou Departamento de Certificação – previamente ao início das acções de formação.

Os formadores que obtiverem o Certificado de Aptidão de Formador podem, se explicitamente o solicitarem, vir a integrar uma Bolsa Nacional de Formadores. Esta Bolsa organiza-se por regiões e por sectores de actividade/áreas de formação e estará disponível para as entidades gestoras, formadoras e beneficiárias de formação, o que permitirá assegurar uma maior transparência no mercado da formação.

Para obter mais informações e proceder à sua candidatura, dirija-se a qualquer um dos Centros de Emprego ou Centros de Formação Profissional do IEFP.

Conforme prometido no último número, trataremos, desta vez, da formação inicial sem equivalência académica, fornecendo alguns dados sobre a situação actual em Portugal neste capítulo e apontando outras pistas para aqueles que queiram aprofundar o assunto.

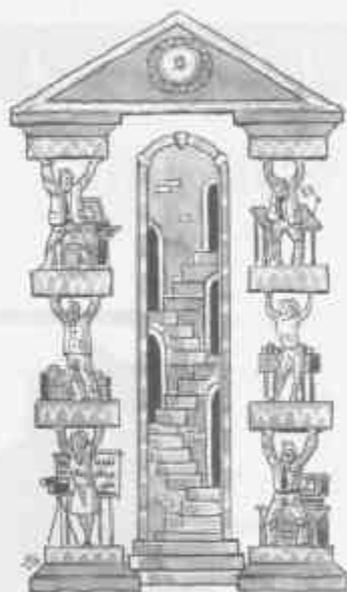
Assim, começaremos com um artigo de enquadramento geral em termos do Programa Operacional Formação Profissional e Emprego - Programa Pessoa - onde é feita uma caracterização da evolução das execuções física e financeira, durante o período de 1994 a 1997, na Medida destinada à iniciação profissional e à qualificação inicial, ao nível regional e sectorial.

Num outro artigo disponibilizar-se-á informação sobre a oferta formativa proporcionada pelo IEFP, através dos seus Centros de Formação Profissional de Gestão Directa e de Gestão Participada, na modalidade de qualificação inicial, indicando-se também alguns dados sobre o volume de formação realizada nos três últimos anos, por áreas e níveis de formação. Por se nos ter afigurado de interesse, incluímos neste texto alguns depoimentos de ex-formandos que referem a importância que teve para eles a frequência de um curso de formação profissional

Por último, e ainda dentro do mesmo tema, é dada a conhecer a oferta formativa existente no âmbito da Intervenção Operacional Integrar, visando a integração económica e social dos grupos mais desfavorecidos da população e que tem, como se compreende, objectivos e especificidades próprias.



Adelino J. Palma
Adelino Palma



4

TEMA CENTRAL

Formação Inicial sem (Equi)valência Académica

4

Formação Profissional – Programa PESSOA

Programa Operacional

Formação Profissional e Emprego

Iniciação Profissional, Qualificação Inicial e Outras Medidas

José de Frias Gomes

16



16

Os Centros de Formação do IEFP

- Oferta Formativa

Qualificação Inicial

Gracinda Ramos

26

Entrevistas

Gracinda Ramos

30



30

Formação Profissional – Programa INTEGRAR

Intervenção Operacional INTEGRAR

*Oferta formativa em Portugal no âmbito do FSE
visando os grupos mais desfavorecidos*

Cristina Louro, Joana Toscano e João Matoso

40

Acreditação – Entidades Formadoras*INOFOR - Instituto para a Inovação na Formação*

Carlos Capela



48

DEBAIXO DE OLHO**Livros**

50

NOTÍCIAS**Aconteceu...****Vai Acontecer...****Sites na Internet**

50

Propriedade: Instituto do Emprego e Formação Profissional • **Director:** Adelino Palma • **Coordenadora:** Maria Luísa Pacheco • **Conselho Editorial:** Adelino Palma, Acácio Ferreira Duarte, Armando Marques Aleixo, Elisabete Miranda, Fernando Cascais, José Manuel Ventura Dias, Maria Luísa Pacheco e Maria Viegas • **Colaboraram neste número:** Adélia Costa, Adelino Palma, António José Martins, Carlos Catela, Carlos Seródio, Cristina Louro, Cristina de Sousa, Fernando Cascais, Gracinda Ramos, Joana Toscano, João Matoso, José de Frias Gomes, José Salazar de Campos, Mariana Canaveiro, Maria Luísa Pacheco, Maria Elisa Monteiro, Maria Otília Germano, Nuno Silva Fernandes e Suzy Paula Pisarro • **Capa e Concepção Gráfica:** Atelier Ana Filipa Tainha. Edição electrónica: António Pedro Botelho • **Ilustração:** Paulo Cintra • **Revisão:** Miguel Cunha Ferreira • **Apoio Administrativo:** Alexandra Tavares e Ana Maria Varela • **Montagem e Impressão:** Rainho & Neves, Lda. • **Redacção:** Departamento de Formação Profissional, Rua de Xabregas, 52 1900 LISBOA. Tel.: 01.8682967 e 01.8684701 Fax: 01.8681982 • **Registo:** Instituto da Comunicação Social • **Edição:** Gabinete de Comunicação • **Periodicidade:** 4 números/ano • **Tiragem:** 10 000 exemplares • **Depósito Legal:** 36959/90 ISSN: 0872-4989

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos autores, não coincidindo necessariamente com as opiniões da Comissão Executiva do IEFP. É permitida a reprodução dos artigos publicados, para fins não comerciais, desde que indicada a fonte e informada a Revista.

Condições de Assinatura: Enviar carta com nome, morada e função desempenhada. Toda a correspondência deverá ser endereçada para: Revista Formar Rua de Xabregas, 52 1900 LISBOA • Email: formar@mail.iefp.pt

Programa Operacional Formação Profissional e Emprego

Iniciação Profissional, Qualificação Inicial e Outras Medidas

Numa era de globalização da economia e de rápidas mutações do tecido social, 60 por cento da população portuguesa empregada só tem a escolaridade básica. O programa Pessoa, o mais interveniente e operacional da formação profissional, no âmbito do Fundo Social Europeu, não tem dúvidas em apontar o caminho: articulação coerente da formação com os processos educativos.

I. O PROGRAMA

O Programa Operacional Formação Profissional e Emprego-Pessoa é, no âmbito do IIº Quadro Comunitário de Apoio, seguramente a maior Intervenção Operacional do FSE, dirigida prioritariamente ao financiamento de acções no domínio das políticas de Emprego e de Formação Profissional.

Com uma dotação global de cerca de 317 milhões de contos para 6 anos, de 1994 a 1999, constitui-se como uma I.O. de particular interesse estratégico, não só pela sua dimensão física, mas, sobretudo, pela relevância social e económica da sua intervenção.

Num quadro determinado por acelerados processos de mutação social e económica decorrentes do processo de globalização da economia, Portugal ainda apresenta um valor que ronda os 60% da po-

pulação empregada possuindo apenas o nível básico de escolaridade, pelo que, facilmente se compreende a relevância da intervenção do Programa. A esta componente da intervenção que diríamos de "ajustamento", acresce a dimensão, que também se espera venha a possuir, ao nível do apoio ao desenvolvimento e à dinamização de processos conducentes à emergência de todo um novo quadro relacional no mundo do trabalho, baseado na necessidade/disponibilidade para a aquisição permanente de conhecimentos.

O POFPE – PESSOA é um Programa de natureza multissetorial, sendo a sua intervenção supletiva em relação às restantes I.O., sejam estas de carácter mais específico, em termos de públicos-alvo ou em termos de sector de actividade.

Por outro lado, o Programa caracteriza-se por possuir uma gestão multidimensional, já que, desde logo, objectiva dar resposta a uma multiplicidade de públicos-alvo, bem como se destina a apoiar acções de natureza muito diversificada, que vão desde intervenções no domínio do emprego da formação

profissional ao financiamento, à investigação e à elaboração de estudos, passando pelo apoio à concepção e edição de recursos didácticos e dando, ainda, resposta ao nível de solicitações no domínio da edificação e equipamento de infraestruturas de apoio ao desenvolvimento das acções formativas.

QUADRO I - Quadro de Referência das Linhas de acção do Programa

P.O.	SUB P.O.	MEDIDAS	CÓDIGO	LINHAS DE ACÇÃO
FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO (PESSOA)	942000P1	Sistema de Aprendizagem	942110P1	Aprendizagem
	Qualificação Inicial e Inserção no Mercado de Emprego	Iniciação Profissional e Qualificação Inicial/Outras Modalidades	942120P1	Iniciação Profissional Qualificação Inicial Especialização Tecnológica
			942130P1	UNIVA's – Unidades de Inserção na Vida Activa
		942200P1	Apoios ao Emprego	942210P1
	Melhoria da Qualidade e do Nível do Emprego	942220P1		Formação para promover a adaptabilidade profissional de activos Formação para trabalhadores de Pequenas Empresas
		942230P1		Formação para promover a melhoria do nível de formação dos activos desempregados
	942300P1	Medidas de Carácter Geral	942310P1	Informação Profissional
				Certificação Profissional
				Observatório do Emprego e Formação
				Estudos e Investigação
		Formação e Gestão dos Recursos Humanos	942320P1	Processos e Métodos Didácticos Rede Institucional de Consultores
	942320P1		Formação de Formadores e Outros Agentes	
	Construção e Adaptação de Infraestruturas necessárias à criação de Empresas, expansão de Centros de Emprego e Unidades de Formação Profissional	942330P1	NACE's	
			Centros de Emprego	
			Unidades de Formação	

Fonte: extraído e adaptado do Regulamento de Gestão do POFPE-PESSOA.

II. CRITÉRIOS E PRIORIDADES

Com a aprovação e publicação do regulamento de Gestão do Programa Formação Profissional e Emprego - Pessoa, anexo ao Desp. 2/MQE/97, publicado no Diário da República - II Série, de 3 de Abril, ficaram definidas e estabilizadas as novas regras e prioridades no acesso ao desenvolvimento da formação profissional co-financiada, sendo que toda a arquitectura de gestão do Programa passou a fundamentar-se em critérios objectivos e de conhecimento generalizado, de que destacamos:

A aplicação de um sistema com recurso a período fechado de apresentação e análise de candidaturas possibilitou a utilização de parâmetros de selecção, consubstanciados numa matriz de análise, que, tendo sido aplicada a todas as candidaturas, (Planos de Formação e pedidos de financiamento não inseridos em Planos), permitiu que aquelas fossem convenientemente hierarquizadas, financiando-se apenas as que apresentavam melhor qualidade e adequação às prioridades definidas.

Apostou-se no apoio ao desenvolvimento de formação com carácter mais marcadamente estruturante, privilegiando-se a aprovação de Planos de Formação e Planos Integrados de Formação, devidamente fundamentados em diagnósticos de necessidades. Passou a ser dada ênfase à concretização de formação decorrente de tais necessidades, privilegiando-se uma lógica de procura de formação em detrimento de um cenário determinado pela oferta.

Foi definido um conjunto de orientações que, tendo por referencial a estrutura social e produtiva do país, permitiu que a formação desenvolvida objectivasse uma efectiva dinamização da economia,

apoiasse o combate ao desemprego, equilibrasse as assimetrias regionais, revelando-se em última instância, um investimento público por excelência, de aplicação abrangente, equitativa na forma de distribuição e mais ajustada à realidade.

Nestes pressupostos, todos os esforços foram orientados no sentido de racionalizar e reforçar a credibilização do sistema de formação, contribuindo para que a ele acedam as entidades mais consistentes do ponto de vista pedagógico e organizativo.

No que respeita às prioridades da gestão, também se procurou arquitectar um enquadramento que propiciasse resposta ao nível do ajustamento entre as efectivas necessidades de desenvolvimento do país e a mão-de-obra disponível. Neste âmbito, poderemos referenciar, como prioridades da gestão, os seguintes aspectos:

- O apoio com particular ênfase, a P.M.E.'s, a Associações Empresariais, de carácter sócio-económico, com base de incidência regional e a *entidades formadoras*, com capacidade e estrutura própria de formação especializada.
- No caso das *entidades beneficiárias*, acentuou-se o apoio a acções que visassem o acréscimo da flexibilidade e polivalência dos trabalhadores, bem como a qualificação ou reconversão de activos em profissões e funções determinantes para o reforço da competitividade das empresas.
- Passaram a ser privilegiadas com maior ênfase as candidaturas decorrentes de parcerias e acordos de cooperação que objectivassem melhorias da qualidade da formação, bem como o envolvimento de potenciais empregadores, a nível local e regional, reforçando desta forma a ligação for-

mação-emprego.

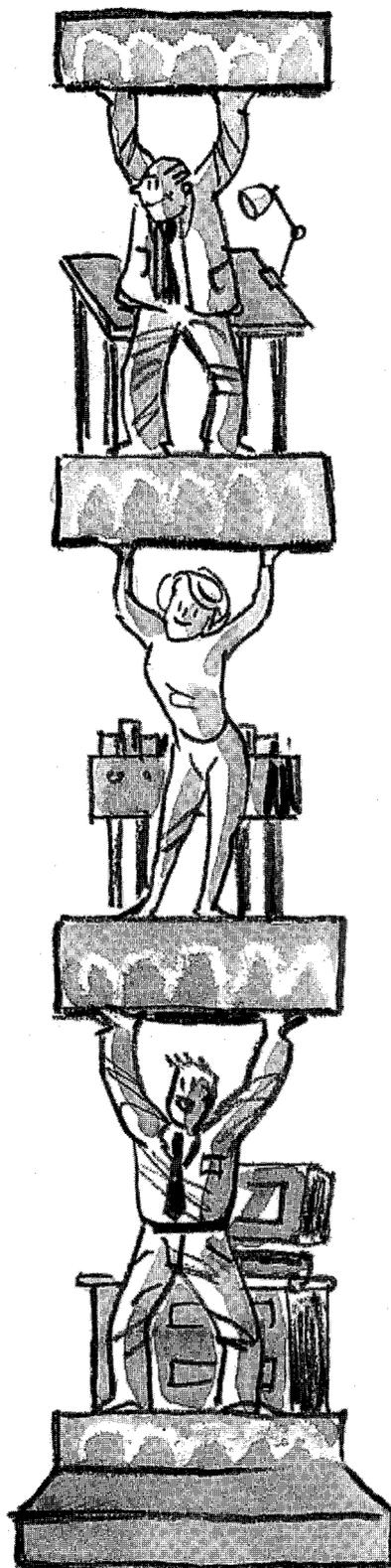
- Incentivou-se o quadro de apoios à formação no âmbito das evoluções sectoriais negativas, assim como a formação para desempregados com vista à criação do próprio emprego.
- Procedeu-se ao reenquadramento dos financiamentos titulados pelos Parceiros Sociais, no âmbito do Programa, num contexto de recentramento da gestão dos fundos públicos, visando uma maior coordenação, rigor e eficácia na sua aplicação.

Por outro lado, num quadro de reforço da credibilização do sistema, foram tomadas algumas medidas complementares que se têm revelado de carácter marcadamente estruturante e de que se destacam as seguintes:

- O programa, de um modo geral, deixou de contemplar em, termos de apoio, as grandes empresas, instituições financeiras, e as entidades que de alguma forma, possuísem problemas detectados ao nível do controlo, quer de âmbito nacional quer de âmbito comunitário.
- Ao nível da gestão, procurou-se, ainda, evitar a ocorrência **injustificada** de fenómenos de subcontratação, processo que, para além de fonte de desperdício de recursos públicos, tem sido, em algumas circunstâncias, um dos principais factores de destabilização da própria imagem do sistema de formação profissional.

III. OS MECANISMOS DE FINANCIAMENTO

Ao nível dos mecanismos de financiamento, o Programa Pessoa tem-se desenvolvido no sentido de





possibilitar o apoio ao maior número possível de entidades, num quadro de maior equilíbrio e homogeneidade, na atribuição dos financiamentos. Pode mesmo dizer-se que, em termos regionais, foi iniciado um esforço no sentido de se conseguir uma mais adequada alocação dos fundos às necessidades das regiões.

No que refere concretamente aos mecanismos de financiamento, destaca-se a criação do mecanismo do **reembolso**, com o qual se pretende agilizar o sistema.

Esta metodologia possibilita um pagamento mais atempado às *entidades formadoras e beneficiárias*, que, deste modo, se sentirão premiadas pela disciplina da sua organização, permitindo, por outro lado, à gestão do Programa a manifestação, em tempo, de despesa e concomitantes níveis de execução, aos organismos nacionais e comunitários.

Paralelamente, tem-se procurado que as *entidades beneficiárias* se empenhem de forma mais comprometida na boa consecução da formação que venham a ver aprovada, uma vez que, como princípio, deixaram de se ver ressarcidas dos encargos salariais dos seus activos durante os períodos da formação, passando a ser elas próprias a suportar esses encargos, considerados como efectiva **contribuição privada**. Esta alteração parece-nos de uma importância capital pelo que revela, não só no domínio da poupança de recursos, mas, sobretudo, no significado que possui ao nível da mudança de atitude das entidades face à formação, num contexto de progressiva auto-sustentação do sistema, em termos de financiamento.

Quanto ao novo regime de bolsas, é evidente que estamos, também aqui, perante uma situação em que se pretende introduzir alguma disciplina e

racionalidade, designadamente por via de uma **modulação** dos montantes de apoio a atribuir, em função da situação sócio-económica dos formandos, permitindo ajustar a bolsa, enquanto incentivo, às efectivas necessidades do formando.

Finalmente, e no que toca aos apoios a atribuir, importa referir a fixação e publicitação de custos-padrão, adaptados às modalidades de formação, que vêm reflectindo uma nova filosofia na política de custos a considerar na formação profissional financiada.

IV. OS MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLO

Também no que respeita ao Acompanhamento e ao Controlo se registaram mudanças significativas, procurando-se, neste momento, uma actuação ao longo de todo o processo formativo. Objectiva-se, assim, por via de uma atitude de carácter mais marcadamente pedagógico e de uma actuação sistemática, junto das entidades utentes do sistema, contribuir para uma acrescida cooperação entre estas e a Gestão do Programa, no sentido último de uma evolução sustentada do sistema, dentro de um quadro de gradual reconhecimento mútuo, gerador de mais elevados níveis de confiança. A consecução de tais objectivos resultará, sem dúvida, num conjunto de mais-valias ao nível do aumento de qualidade e transparência na aplicação de dinheiros públicos em processos de formação profissional.

V. MEDIDA INICIAÇÃO PROFISSIONAL E QUALIFICAÇÃO INICIAL – MEDIDA 942120P1

A Medida Iniciação Profissional e Qualificação Inicial tem como objectivo principal apoiar acções de

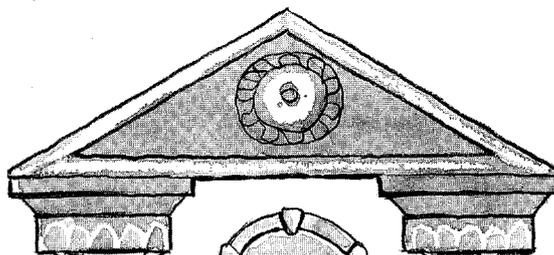
formação profissional que proporcionem aos formandos um desenvolvimento profissional e social integrado, promovendo a assumpção de uma atitude perante o mundo do trabalho, determinada pela necessidade de permanente aprendizagem, conferindo-lhes por isso uma maior capacidade de inserção na vida activa e uma menor vulnerabilidade ao fenómeno do desemprego.

As linhas de acção contidas nesta Medida são três e permitem organizar acções de formação destinadas a públicos tão homogéneos quanto possível.

Iniciação Profissional - destina-se a proporcionar aos jovens, que abandonam o sistema de ensino sem a escolaridade obrigatória, uma iniciação profissional que lhes permita, a par da conclusão dos seus estudos básicos, adquirir os conhecimentos essenciais sobre uma profissão, possibilitando-lhes aceder a uma formação mais qualificante, ou ingressar de imediato no mundo do trabalho.

Qualificação Inicial – destina-se a proporcionar uma formação de base qualificante, níveis 2 e 3 da União Europeia, a todos aqueles que tendo completado o ensino básico desejam aprender uma profissão para poderem ingressar na vida activa.

Especialização Tecnológica – destina-se a proporcionar formações de carácter qualificante, nos domínios técnico e artístico, a todos aqueles que tenham concluído os estudos secundários ou sejam titulares de qualificações profissionais de nível III.



VI. MEDIDA INICIAÇÃO PROFISSIONAL E QUALIFICAÇÃO INICIAL – CARACTERIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS EXECUÇÕES FÍSICA E FINANCEIRA

Neste domínio, importa observar qual tem sido a evolução das execuções física e financeira nos últimos anos, (ver Quadro II).

Da análise do quadro em referência, relativo à evolução daquelas execuções ao longo dos últimos 4 anos (1994-97) e cujos saldos já se encontram encerrados, verifica-se que, após 1994, o investimento na medida, de um modo geral, tem vindo a crescer de forma sustentada.

Por outro lado, tem-se igualmente vindo a acentuar o peso relativo do investimento realizado no âmbito do IIEFP, em comparação com o realizado pelas Entidades Externas, o que confirma uma certa tendência para que as formações de carácter mais longo e qualificante sejam desenvolvidas sobretudo por infraestruturas mais especializadas e apetrechadas, designadamente pelos CFPGD¹ mas também pelos CFPGP².

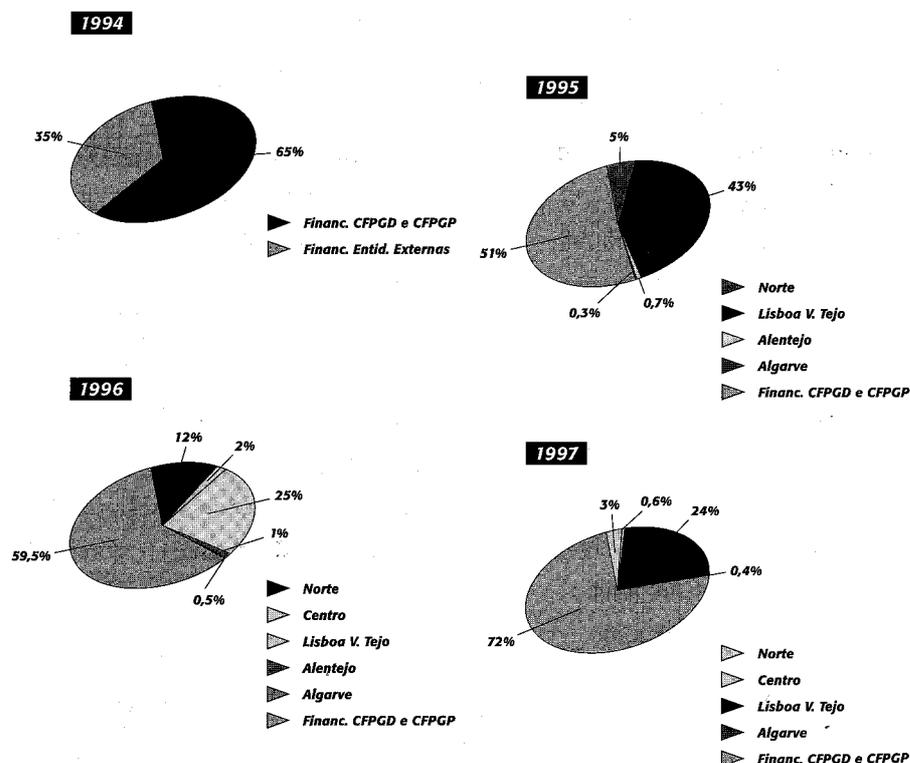
A “queda” aparentemente abrupta do investimento realizado pelas entidades externas na Medida, no ano de 1997, fica, no entanto, a dever-se

¹ Centros de Formação Profissional de Gestão Directa

² Centros de Formação Profissional de Gestão Participada

QUADRO II - Evolução das Execuções Físicas e Financeiras apuradas em sede de saldo, (94-97)

Painel I - Evolução comparativa de Execução Financeira apurada em sede de saldo, Medida 942120P1.



sem dúvida, à profunda alteração do quadro normativo que então entrou em vigor e que limitou a intervenção das *entidades beneficiárias* no domínio da formação inicial.

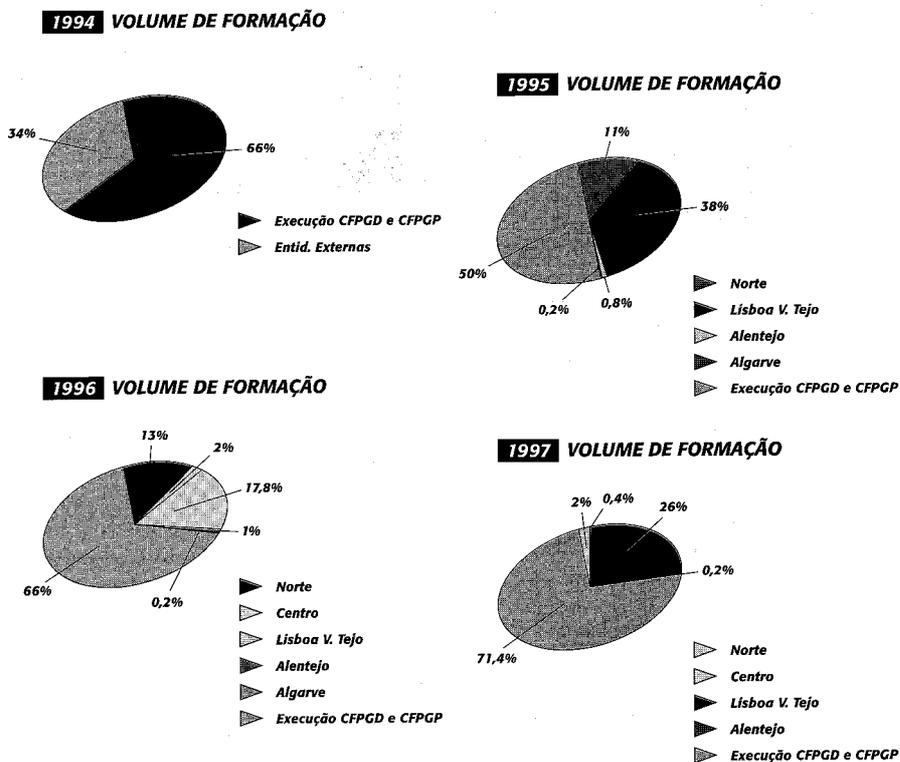
Por outro lado, a circunstância de as regiões que habitualmente absorvem maior volume de financiamento serem a região Norte e a região de Lisboa e Vale do Tejo e pese embora o facto de esta última, em algumas circunstâncias, se encontrar sobrevalorizada³, apenas vem confirmar alguma da dispa-

³ No passado recente, no quadro do DR 15/94 de 6/7 as entidades apresentaram os pedidos de financiamento nos serviços correspondentes à sua sede social, independentemente do local da formação. O mesmo se passa actualmente, no âmbito do DR 15/96 de 23/11, no que respeita a Planos de Formação.

ridade ao nível da concentração da oferta e da procura formativa. Destaque-se que, somente a partir de 1997, foi possível começar a registar, com rigor acrescido, a repartição dos montantes de financiamento por regiões.

Finalmente, no âmbito do financiamento à formação que vem sendo realizado por via das designadas entidades externas, nota-se o esbatimento de alguma disparidade de financiamento inter-regional, tendência esta contrariada com a evolução no ano de 1997. Todavia, importa salientar que, para tal facto, terá contribuído a alteração de toda a moldura legislativa, publicada no final do ano de 1996. O facto de as *entidades beneficiárias* - as empresas -

Painel II - Evolução comparativa da Execução Física (procura de formação) apurada em sede de saldo, Medida 942120P1.



QUADRO III – Evolução da formação realizada por Áreas Profissionais, em termos percentuais, com base no volume de financiamento afecto, (%).

Áreas Profissionais ⁴		ANOS			Áreas Profissionais ⁵		1997
		1994	1995	1996			
ÍNDICE		100	100	100	ÍNDICE		100
A01	Acção Social		1,1	0,5	B01	Admin. e Gestão	16
A02	Administ. Gestão	3,7	7,5	6,7	B02	Agricult. e Pescas	14 ⁶
A05	Ambiente	0,7		2,0	B05	Artes Tecn. Art.	4
A06	Anim. Cultural			2,0	B10	Comércio	3
A07	Arquit. E Urb.	0,9			B11	C. Civil e O. Públ.	8,5
A08	Artes	2,0	2,5	3,2	B12	Educ. F. Anim. Cult.	10
A10	Ciências Exactas				B13	Elect. Electrom. Tel.	2,6
A12	Ciências Hum. e Soc.			0,6	B20	Inf. Docum. Comun.	2,4
A13	Ciências da Terra	0,9		0,3	B21	Informática	34
A14	Ciências da Vida				B23	Mecan. e Manut.	40
A15	Construção Civil	15,0	7,3	9,1	B24	Met. e Metalom.	2,5
A16	Desportos			1,4	B29	Text. Vest.	1
A18	Economia	0,6					
A19	Educação			0,9			
A20	Electricidade	0,9	4,1	4,4			
A21	Electrónica	6,3	1,3	4,0			
A22	Energia	0,9					
A23	Hotelaria e Turismo			0,2			
A25	Indústrias	4,0	3,6	15,1			
A26	Inf. Comun. Docum.	1,0	1,4	1,2			
A27	Informática	28,8	6,6	8,1			
A30	Mecânica		0,7	2,8			
A31	Metalurgia		2,1				
A32	Qualidade	1,4		0,6			
A34	Rel. Pub. Mark. Publ.	1,0	5,1	8,1			
A39	Serviços e Comércio			6,6			
A40	N.T.I.	12,7	0,2	9,2			
A41	Telecomunicações	4,4	4,0	1,9			
A42	Trabalho e Emprego	0,4	1,4				
A43	Transportes			0,6			
A44	Formação Profissional	0,4	3,8	0,4			
A45	Outros	14,0	47,3	10,1			

⁴ Tabela de referência para acções aprovadas entre 1 de Janeiro de 1994 e 31 de Dezembro de 1996.

⁵ Tabela de referência para acções aprovadas a partir de 31 de Dezembro de 1996.

⁶ Plano Integrado de Formação da Confederação dos Agricultores de Portugal (artº 10º do DR 15/96 de 23/11).

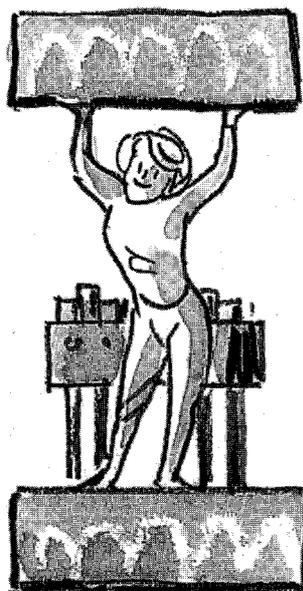
deixarem de poder promover formação, que não se destina exclusivamente aos seus activos teve como significado uma quebra acentuada do seu esforço, no quadro desta Medida, proporcionando a ocorrência de uma acentuada desproporção nos volumes de financiamento entre a região de Lisboa e Vale do Tejo e o resto do país. Ora é justamente nesta região que se concentram as sedes sociais de grande número de *entidades formadoras* que, podendo promover formação nesta medida, passaram apenas a recorrer às empresas para desenvolvimento do designado "estágio". Noutras regiões em que a prossecução da medida era, em boa parte, assegurada por PME's, como é o caso da região Norte, as empresas viram também subitamente reduzida a sua intervenção no âmbito desta Medida.

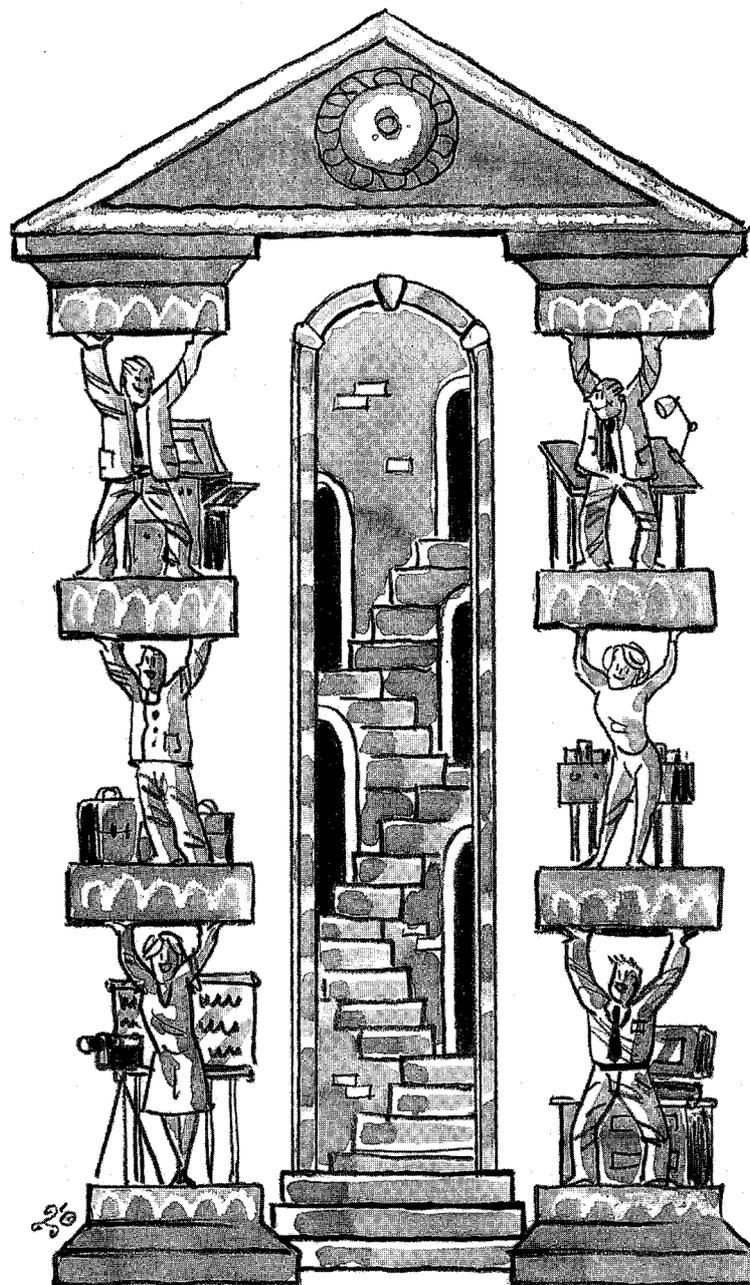
VII. MEDIDA INICIAÇÃO PROFISSIONAL E QUALIFICAÇÃO INICIAL – Elementos sobre a formação realizada por Áreas Profissionais

Como acabámos de verificar, a evolução da Execução Física e Financeira tem-se caracterizado, de um modo geral, por um crescimento gradual e sustentado no que respeita ao volume de investimento realizado, bem como por uma mais adequada repartição regional. Porém, quando se indexa aquele montante de investimento a áreas profissionais concretas, verificam-se algumas variações que, todavia, carecem de uma reflexão mais aprofundada, já que os volumes de formação em cada Área são fortemente condicionados, quer por questões de natureza conjuntural, desde logo decorrentes da própria evolução do contexto económico, quer por razões de carácter, diríamos institucional, na me-

didada em que é muito significativo o quadro de oferta formativa promovido pelos CFPGD e pelas CFPGP, podendo tal circunstância condicionar a procura de formação junto de entidades externas. Neste contexto, julgamos, todavia, ser possível dar uma panorâmica do desenvolvimento, em termos relativos, que vem sendo verificado em cada área formativa, tendo como referencial o volume de formação financiado no âmbito da Medida 942120P1 (ver Quadro III).

Da análise do quadro anterior verifica-se que as áreas que significativamente se mantêm como de maior procura e maior execução ao longo dos anos são a Construção Civil e a Informática, logo seguidas pela Administração e Gestão, Novas Tecnologias de Informação e as Relações Públicas Marketing e Publicidade. Sem dúvida que estamos perante um painel fortemente "terciarizado" onde a excepção é, efectivamente, a Construção Civil, o que nos parece corresponder à tipologia de oferta





de emprego determinada pela evolução da própria economia. No entanto, os dados em presença devem ser encarados com a cautela necessária, já que, para uma análise mais aprofundada, importaria trabalhar a totalidade dos dados de formação fi-

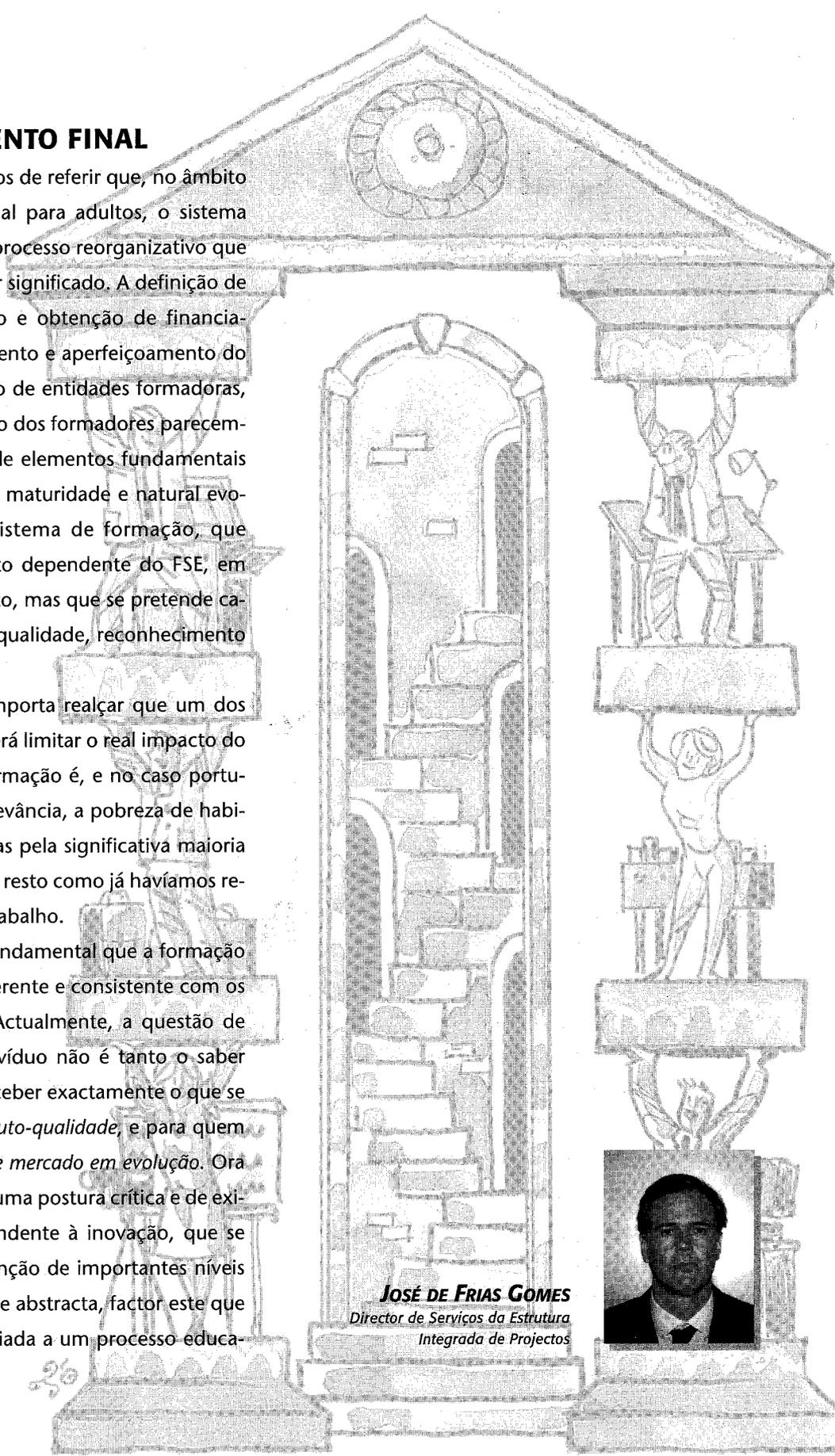
nanciada, uma vez que a formação desenvolvida pelas entidades designadas como externas é, desde logo, como já referimos, condicionada pela oferta disponibilizada pelo IEFP ou até pelos Centros de Formação Profissional de Gestão Participada.

VIII. APONTAMENTO FINAL

Ao terminar, gostaríamos de referir que, no âmbito da formação profissional para adultos, o sistema tem vindo a sofrer um processo reorganizativo que nos parece ser do maior significado. A definição de novas regras de acesso e obtenção de financiamentos, o desenvolvimento e aperfeiçoamento do processo de acreditação de entidades formadoras, bem como a certificação dos formadores parecem-nos ser um conjunto de elementos fundamentais ao desenvolvimento da maturidade e natural evolução qualitativa do sistema de formação, que ainda se encontra muito dependente do FSE, em termos de financiamento, mas que se pretende caminhar numa lógica de qualidade, reconhecimento e auto-sustentação.

Todavia, também importa realçar que um dos aspectos que mais poderá limitar o real impacto do desenvolvimento da formação é, e no caso português com particular relevância, a pobreza de habilitações escolares detidas pela significativa maioria da população activa, de resto como já havíamos referido no início deste trabalho.

Neste contexto, é fundamental que a formação se articule de forma coerente e consistente com os processos educativos. Actualmente, a questão de fundo ao nível do indivíduo não é tanto o saber fazer algo mas sim, perceber exactamente o que se está a fazer, *noção produto-qualidade*, e para quem se está a fazer, *noção de mercado em evolução*. Ora estes aspectos, exigem uma postura crítica e de exigência permanente, tendente à inovação, que se caracteriza já pela detenção de importantes níveis de capacidade de análise abstracta, factor este que só uma formação associada a um processo educativo poderá fomentar.



JOSÉ DE FRIAS GOMES

Director de Serviços da Estrutura
Integrada de Projectos



A Qualificação Inicial

Para o maior operador público de formação profissional, a qualificação inicial é hoje um desafio maior: o Estado Português comprometeu-se a aumentar em 10 por cento a formação dirigida aos jovens, no prazo de cinco anos. As estatísticas do IEFP ilustram o desafio — nos últimos três anos, 5.800 formandos têm, em média, concluído com êxito a sua qualificação inicial. Além disso, os objectivos do desafio são, sobretudo, qualitativos.

Com a Qualificação Inicial pretende-se proporcionar a jovens e adultos, de forma tão alargada quanto possível, antes do ingresso na vida activa, uma formação profissional qualificante, com a duração de, pelo menos, um ano. Para o efeito, o IEFP dispõe uma oferta formativa variada, que abrange a quase totalidade das áreas de formação, visando dar uma resposta eficaz às necessidades de qualificação dos jovens e adultos, bem como dotar o mercado de trabalho de profissionais preparados para os desafios que o quotidiano lhes apresenta. Os cursos ministrados nesta modalidade de formação têm, no mínimo, um ano de duração, são constituídos por componentes Sócio-Cultural, Científico-Tecnológica e Prática, podendo esta ser ministrada em contexto de formação ou em contexto de trabalho. Uma das preocupações na estruturação dos cursos é que sejam asseguradas as condições que permitam uma formação integral de cada pessoa, por forma a que potenciem a sua aquisição de competências técnicas, e ainda o desenvolvimento das capacidades de natureza pessoal, social e relacional.

CONDIÇÕES DE INGRESSO

As condições de ingresso estabelecidas para a frequência de acções de formação de Qualificação Inicial são:

- idade não inferior a 16 anos
- escolaridade mínima obrigatória (para efeitos de certificação)

A inscrição para a frequência de cursos deve ser feita nos Centros de Emprego, podendo também ser feita nos Centros de Formação. Os candidatos, habitualmente, são submetidos a orientação profissional por forma a ajudá-los a definir, com maior clareza (quando tal ainda não aconteceu) a área profissional da sua preferência.

A intervenção dos Centros de Emprego reveste-se de grande importância porque potencia uma melhor adequação entre a oferta formativa dos Centros de Formação e as necessidades do mercado de trabalho.

A conclusão com aproveitamento de um curso de formação permite a obtenção de um Certificado

de Formação Profissional, que comprova que o titular do certificado atingiu os objectivos do programa.

IMPULSO DADO À FORMAÇÃO PROFISSIONAL PELOS APOIOS COMUNITÁRIOS

A formação profissional, e designadamente a Qualificação Inicial, sofreu um grande impulso com os apoios comunitários, especificamente do Fundo Social Europeu.

Com a adesão à Comunidade Europeia, em 1986, Portugal começou a beneficiar, no âmbito da Formação Profissional, dos apoios existentes na **Comunidade**. De 1986 a 1989, os apoios foram concedidos através do chamado "Antigo Fundo" cujos grandes objectivos eram:

- apoiar o desenvolvimento de acções de formação profissional e de orientação profissional

- apoiar a promoção do emprego através de apoios à contratação.

Mantendo estes grandes objectivos de base, as prioridades eram estabelecidas anualmente em função das necessidades de cada país. Para Portugal, e atendendo ao déficit de qualificações dos activos, foi definido afectar a:

- acções de formação de jovens – 75% do Orçamento
- acções de formação de outras populações – 25% do Orçamento

Em função desta determinação, cerca de 720.000 formandos, com idade inferior a 25 anos, frequentaram acções de formação profissional, naquele período.



QCA I – 1990 – 1993

Os apoios à formação profissional, a partir de 1990, passaram a ser integrados em 14 Programas Operacionais com carácter horizontal, Programas Sectoriais (Pedip, Prodep, Ciência) e Programas de Desenvolvimento Integrado (OID's).

Dos 14 programas horizontais, 12 eram exclusivamente de formação profissional e foram realizadas acções de formação qualificante para cerca de 700.000 formandos.

Neste I Quadro Comunitário foram já realizadas muitas acções destinadas a pessoas no desemprego, trabalhadores de PME e a pessoas ameaçadas de desemprego, nomeadamente devido à reestruturação de empresas, face à introdução de novas tecnologias e/ou novas técnicas de produção e gestão.

QCA II – 1994 – 1999

O II QCA, que ainda está em vigor, teve por base um Plano de Desenvolvimento Regional e, mantendo os objectivos anteriormente definidos, procura:

- aproximar a economia e sociedade portuguesas dos níveis e padrões de vida médios comunitários, designadamente crescendo mais rapidamente do que os nossos parceiros (convergência real)
- reduzir progressivamente as disparidades regionais no interior do país (convergência regional)

pelo que a valorização dos Recursos Humanos foi privilegiada como eixo prioritário de actuação.

QUALIFICAÇÃO INICIAL EM NÚMEROS

O número de formandos que concluíram os seus cursos de qualificação na rede de Centros do IEF P com aproveitamento, no último triénio, foi:

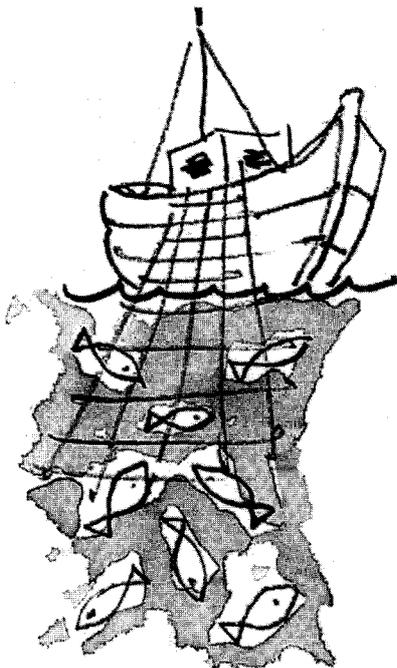
ANOS	Nº FORMANDOS
1995	4.916
1996	6.096
1997	6.410

Que corresponde a 12%, em 1995, 10,3%, em 1996 e 10%, em 1997, dos formandos que frequentaram acções de formação.

O volume de formação (número de formandos X horas de formação) foi de:

ANOS	HORAS
1995	5.141.918
1996	5.261.012
1997	7.108.226

Que corresponde a 19,6%, em 1995, 19,1%, em 1996 e 18,5%, em 1997, do volume de formação ministrada no IEF P.



Nº de Formandos por Área de Formação 1995 / 1997

ÁREA DE FORMAÇÃO	ANO DE 1995 *			ANO DE 1996 **			ANO DE 1997 **		
	F.M.	F.F.	F.T.	F.M.	F.F.	F.T.	F.M.	F.F.	F.T.
AGRICULTURA / PECUÁRIA	59	75	134	105	134	239	117	164	281
ARTESANATO	3	11	14	7	45	52	12	63	75
AUTOMÓVEL	281		281	380	2	382	378	2	380
CALÇADO	130	267	397	182	248	430	178	220	398
CERÂMICA E VIDRO	36	80	116	44	123	167	22	74	96
COMUNICAÇÃO	85	12	97	24	32	56	6	1	7
CONSTRUÇÃO CIVIL	979	249	1228	1042	262	1304	859	219	1078
CORTIÇA	4	14	18	7	7	14	13	12	25
ELECTRICIDADE E ELECTRÓNICA	207	7	214	357	16	373	399	21	420
ENERGIA	186	6	192	0	0	0		4	4
FRIO E CLIMATIZAÇÃO			0	36	0	36	64	35	99
FUNDIÇÃO	29	9	38	29	8	37	20	8	28
GESTÃO E DIRECÇÃO			0	0	0	0	25	35	60
HOTELARIA RESTAURAÇÃO E TURISMO	55	150	205	69	61	130	99	108	207
INDÚSTRIA ALIMENTAR	33	25	58	92	54	146	152	88	240
INDÚSTRIAS GRÁFICAS E TRANSF. DO PAPEL	183	37	220	9	7	16	18	14	32
INFORMÁTICA	54	24	78	154	92	246	158	84	242
MADEIRA E MOBILIÁRIO	41	23	64	104	24	128	126	13	139
METALURGIA E METALOMECÂNICA	250	41	291	510	62	572	682	47	729
OURIVESARIA E RELOJOARIA	73	28	101	85	38	123	0	0	0
OUTROS	87	93	180	37	133	170	14	21	35
PESCAS			0	78	2	80	92	14	106
QUALIDADE(CONTROLO) - TRABALHO/PRODUÇÃO	14	19	33	10	19	29	11	24	35
REC. HUMANOS/ORG. E GESTÃO PESSOAL			0	0	11	11	0	0	0
SAÚDE	3	13	16	4	30	34	19	35	54
SERVIÇOS	59	277	336	147	697	844	160	828	988
TÊXTIL	79	167	246	58	133	191	176	179	355
VENDAS E MARKETING	52	164	216	25	44	69	32	55	87
VESTUÁRIO	29	114	143	30	187	217	37	173	210

* Dados Saldo 95

** Dados PIAF

F.M. - Formandos Masculinos

F.F. - Formandos Femininos

F.T. - Formandos Total



A oferta formativa é muito variada como se constata no mapa. O número de formandos tem vindo a aumentar desde 1995, com um crescimento de 24%, entre 1995 e 1996, e de 5,2%, entre 1996 e

1997. No período 95/96, houve um incremento assinalável de formandos, na ordem dos 30%, com incidência nas áreas de agricultura/pecuária, cerâmica e vidro e, sobretudo, nos serviços. No período seguinte, 96/97, é ainda nos serviços que se verifica um crescimento assinalável de formandas. Também na Agricultura continua a aumentar o número de formandas e em algumas profissões tradicionalmente masculinas, embora de forma incipiente, como sejam o Frio e Climatização e a Electrividade e Electrónica. Nas áreas de formação de Electricidade, Electrónica, Automóvel, Frio/Climatização, Hotelaria/Mobiliário, Metalurgia/Metalomecânica, Serviços e Têxteis, o número de formandos do sexo masculino tem tido um incremento, de ano para ano, neste II Quadro Comunitário. As áreas de formação que acabámos de assinalar são as que, na generalidade, tiveram crescimentos mais relevantes. A área de informática continua a ser muito procurada pelos jovens, mas optou-se por introduzir em quase todos os cursos, e sempre que se justifica, módulos de informática, por forma a dotar um leque mais abrangente de formandos com conhecimentos, na óptica do utilizador.

Nº de Formandos por Nível de Formação 1995 / 1997

NÍVEL DE FORMAÇÃO	ANO DE 1995 *			ANO DE 1996 **			ANO DE 1997 **		
	F.M.	F.F.	F.T.	F.M.	F.F.	F.T.	F.M.	F.F.	F.T.
NÍVEL 1	10		10	130	70	200	196	32	228
NÍVEL 2	1935	1142	3077	2179	1402	3581	2511	1380	3891
NÍVEL 3	882	626	1508	1096	923	2019	1157	1110	2267
NÍVEL 4	173	132	305	219	69	288	5	19	24
NÍVEL 5	11	5	16	1	7	8			0

* Dados Saldo 95
** Dados PIAF

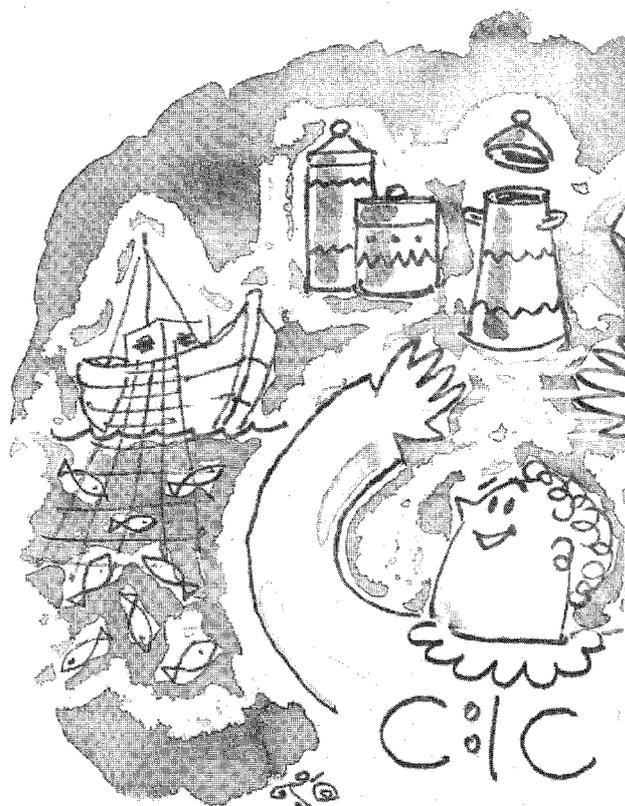
F.M. - Formandos Masculinos
F.F. - Formandos Femininos
F.T. - Formandos Total

Os cursos níveis 2 e 3 são os que integram a quase totalidade do público-alvo que se dirige aos Centros de Formação Profissional do IEFP, representando a formação nível 2, cerca de 60% e a formação de nível 3 cerca de 35%. Se compararmos a evolução do nível de formação, em função do sexo dos formandos verificamos que no nível 3, o número de **formandas** está a ter um crescimento mais acentuado que o dos formandos. O mesmo não acontece no nível 2, uma vez que é neste nível de formação que se concentram as formações nas profissões tradicionalmente masculinas.

O contributo dos Centros Protocolares na formação inicial é, como se pode verificar, muito importante e deve-se essencialmente a dois factores:

- os sectores de actividade onde muitos se integram estão muito carenciados de profissionais qualificados, pelo que o nível de empregabilidade é elevado.
- os Centros de Gestão Directa têm como público prioritário os Desempregados e os Desempregados de Longa Duração, pelo que é nestes públicos que focalizam a sua actividade.

CENTROS	ANOS			TOTAL	%
	1995	1996	1997		
GESTÃO DIRECTA	1.414	2.030	2.352	5.796	33,7
GESTÃO PARTICIP	3.502	4.066	4.058	11.626	66,3



A QUALIFICAÇÃO INICIAL EM REESTRUTURAÇÃO

Os países da União Europeia assinaram, em Novembro de 1997, no Luxemburgo, um conjunto de compromissos, dos quais se destaca a activação das políticas activas de emprego em detrimento das medidas passivas.

O Plano Nacional de Emprego, apresentado por Portugal, materializa o compromisso assumido pelo Estado Português e assenta a sua estratégia em aumentar a formação profissional no prazo de 5 anos, no que se refere aos jovens, a meta desse crescimento é de 10%.

Estes objectivos marcam novos desafios ao IEFP, uma vez que é o maior operador público de formação profissional. Estes desafios incidem particularmente no plano qualitativo, uma vez que o PNE preconiza o desenvolvimento da formação com base em metodologias inovadoras. Experiências recentes no campo da educação-formação-trabalho assentam na organização da formação em percursos formativos flexíveis que facultam, a cada pessoa, as condições para a gestão do seu próprio processo de aquisição de competências, através de sistemas de creditação de saberes obtidos, quer pela via da formação, quer pela experiência. Assim, o IEFP está a lançar uma reforma curricular, em duas etapas sucessivas. A primeira etapa está já concretizada e consistiu na estrutura da oferta formativa, num leque alargado de áreas, em **itinerários de qualificação** assentes em **unidades capitalizáveis**. Estes itinerários têm durações entre as 1200 e as 1500 horas e assentam

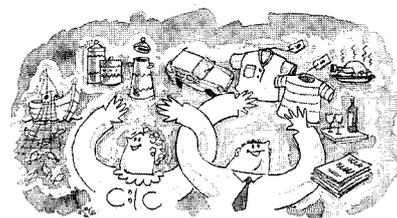
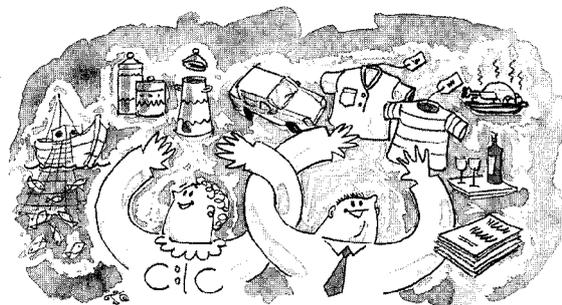
em **unidades de formação** de menor duração –50 a 400 horas– cujo objectivo é a aquisição de competências técnicas e relacionais que potenciem o aumento da empregabilidade e creditáveis para obtenção de um nível de qualificação que possibilite a conclusão do itinerário. Este sistema é bastante flexível, permite entradas e saídas em pontos



intermédios dos percursos, e a composição das unidades de formação, no que se refere às componentes de formação, será dimensionada em função dos perfis dos formandos e do contexto formativo.

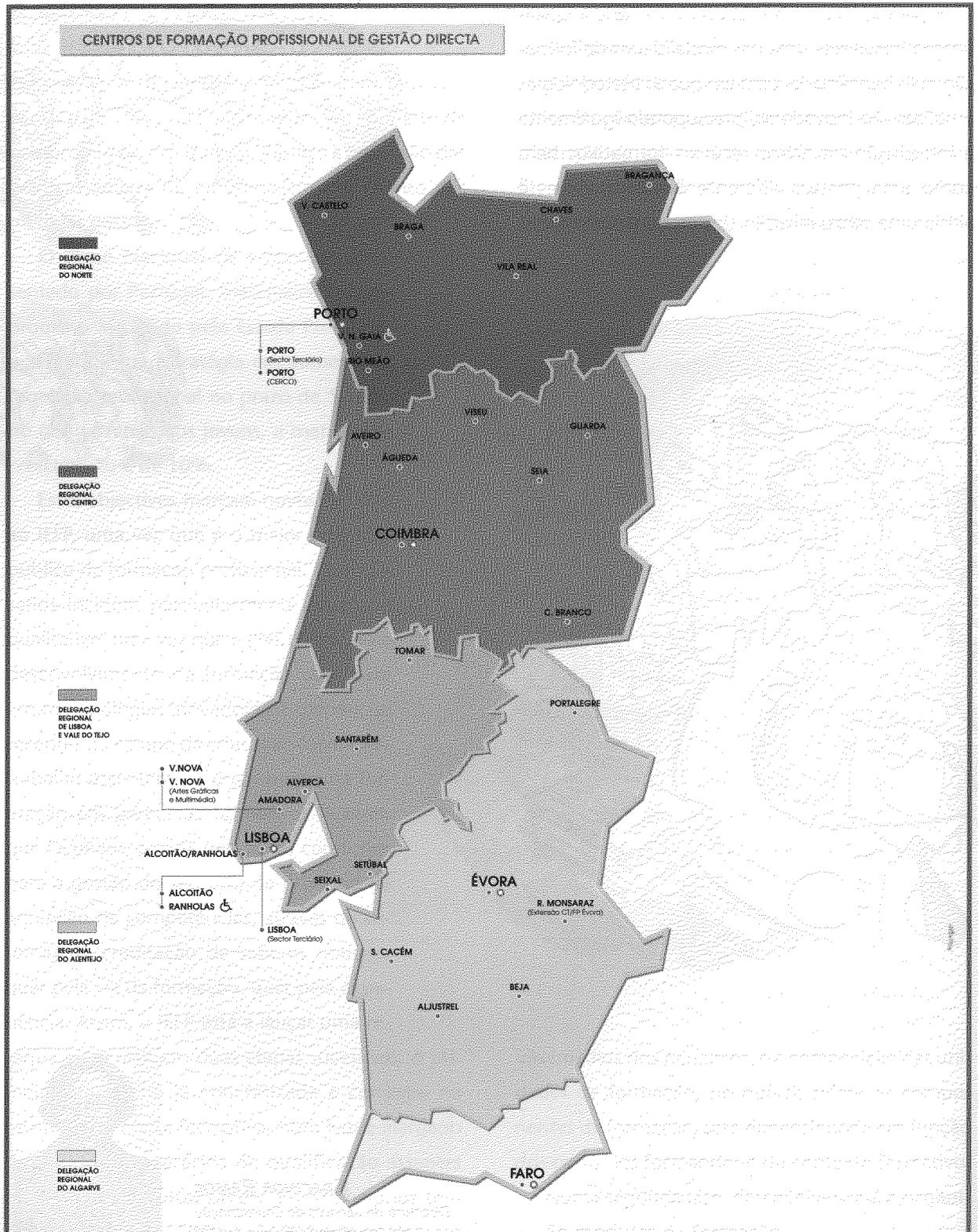
Numa segunda fase, desenvolver-se-á a **organização modular da formação**.

Espera-se, pois, com esta reforma, que a Qualificação Inicial seja uma das modalidades de formação mais beneficiada, uma vez que as metodologias a utilizar são inovadoras, pressupondo igualmente a introdução de novos recursos formativos bem como uma postura diferente dos formadores e ainda uma reorganização dos espaços formativos.

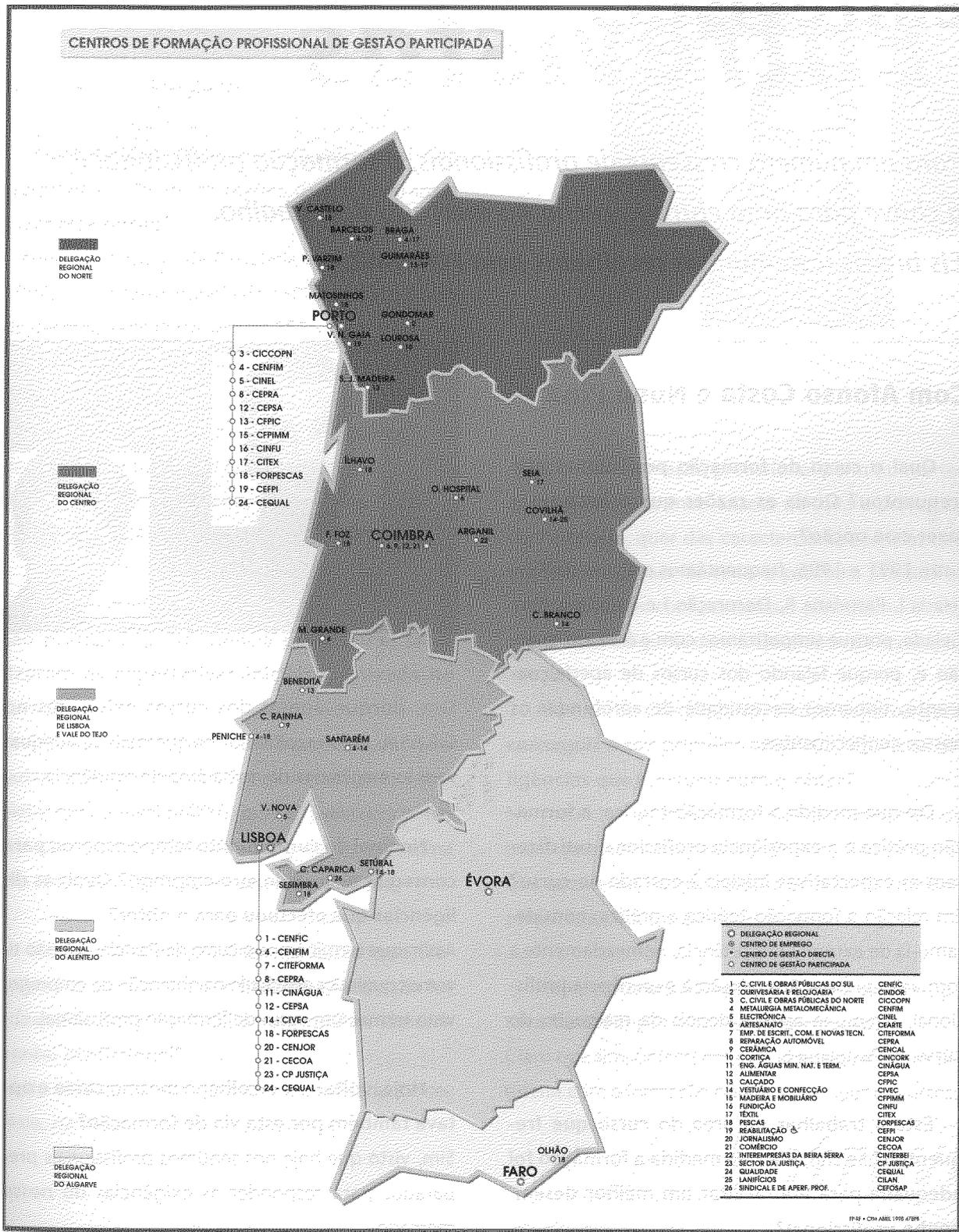


GRACINDA RAMOS
Directora de Serviços de Coordenação
da Actividade Formativa do IEFP

LOCALIZAÇÃO DE CENTROS



CENTROS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE GESTÃO PARTICIPADA



- 3 - CICCOPN
- 4 - CENFIM
- 5 - CINEL
- 8 - CEPRA
- 12 - CEPSA
- 13 - CFPIC
- 15 - CFPIMM
- 16 - CINJU
- 17 - CITEK
- 18 - FORPESCAS
- 19 - CEFPI
- 24 - CEGUAL

- 1 - CENFIC
- 4 - CENFIM
- 7 - CITEFORMA
- 8 - CEPRA
- 11 - CINÁGUA
- 12 - CEPSA
- 14 - CIVEC
- 18 - FORPESCAS
- 20 - CENJOR
- 21 - CECOA
- 23 - CP JUSTIÇA
- 24 - CEGUAL

○	DELEGAÇÃO REGIONAL		
●	CENTRO DE EMPREGO		
●	CENTRO DE GESTÃO DIRECTA		
○	CENTRO DE GESTÃO PARTICIPADA		
1	C. CIVIL E OBRAS PÚBLICAS DO SUL	CENFIC	
2	OURIVESARIA E RELIGIARIA	CINJOR	
3	C. CIVIL E OBRAS PÚBLICAS DO NORTE	CICCOPN	
4	METALURGIA METALOMECÂNICA	CENFIM	
5	ELECTRÓNICA	CINEL	
6	ARTESANATO	CEARTE	
7	EMP. DE ESCRIT. COM. E NOVAS TECN.	CITEFORMA	
8	REPARAÇÃO AUTOMÓVEL	CEPRA	
9	CERÂMICA	CENCAL	
10	CORTIÇA	CINJORIK	
11	ENG. ÁGUAS MIN. NAT. E TERM.	CINÁGUA	
12	ALIMENTAR	CEPRA	
13	CALÇADO	CFPIC	
14	VESTUÁRIO E CONFECÇÃO	CIVEC	
15	MADERA E MOBILIÁRIO	CFPIMM	
16	FUNDIÇÃO	CINJU	
17	TEXTIL	CITEK	
18	PESCAS	FORPESCAS	
19	REABILITAÇÃO	CEFPI	
20	JORNALISMO	CENJOR	
21	COMÉRCIO	CECOA	
22	INTEREMPRESAS DA BEIRA SERRA	CINTESEI	
23	SECTOR DA JUSTIÇA	CP JUSTIÇA	
24	QUALIDADE	CEGUAL	
25	LANIFICIOS	CILAN	
26	SINDICAL E DE APERF. PROF.	CEFOSAP	

1992 • CNA ABRIL 1992 A7891

Entrevistas

Entrevistas

Para um número crescente de profissionais, a formação profissional é a chave para uma entrada plena no mercado de trabalho.

Eis breves testemunhos recolhidos pela FORMAR.

Com Afonso Costa e Nuno Pina

Qual o curso de formação profissional que frequentou? Quais as razões que o levaram a fazer essa opção?

Entre 1991 e 1996, frequentámos o Curso de Pastelaria I, Pastelaria II, Decoração I e Pastelaria Fina Gelada, porque simpatizámos com a área em questão e, porque falando dos cursos de aperfeiçoamento, tínhamos necessidade de aprofundar os nossos conhecimentos.

Em que medida a formação teórica, a formação prática e a experiência profissional satisfizeram as expectativas iniciais à entrada no curso?
Em relação à formação teórica e prática, consideramo-la de extrema importância, nomeadamente a formação prática. Em relação à experiência profissional, tivemos-a apenas depois da realização do curso de Pastelaria I.

Está a trabalhar na área do curso que frequentou? Se sim, em que medida a formação foi adequada para lhe facilitar um melhor desempenho profissional?



Sim, porque apesar dos cursos existentes no C.F.P.S.A., nós escolhemos os que mais se adequavam às exigências da nossa área de residência.

No final do curso quanto tempo esperou para conseguir o seu primeiro emprego? Quais as diligências que efectuou para o obter?

Assim que terminámos o curso de Pastelaria I, não tivemos qualquer obstáculo na obtenção de emprego, visto termos um curso de formação profissional.

Hoje, voltaria a escolher o mesmo curso e optava também por esta via de formação?

Sim, visto que hoje nos sentimos profissionais preparados para responder às exigências do nosso mercado.

Com Lucy Magalhães

Qual o curso de formação profissional que frequentou? Quais as razões que a levaram a fazer essa opção?

Frequentei o Curso de Pastelaria e Panificação em 1994, com a carga horária de 1500 horas e o Curso de decoração de Pastelaria em 1995, com o mesmo número de horas, leccionado pelo professor Victor Nunes.

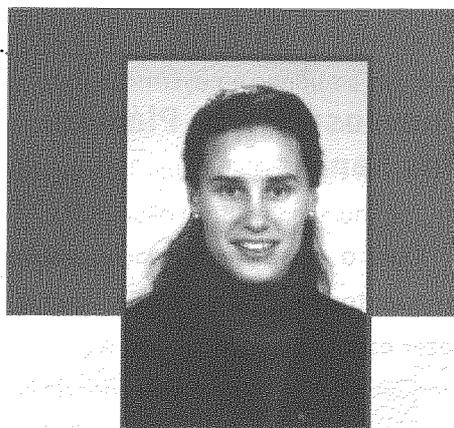
A razão principal foi a necessidade que eu tinha de obter uma formação específica na área da Pastelaria, como complemento ao Curso de Empresas Turísticas que já detinha.

Em que medida a formação teórica, a formação prática e a experiência profissional satisfizeram as expectativas iniciais à entrada no curso?

As minhas expectativas foram largamente ultrapassadas, pois a formação foi extremamente completa, quer a nível prático, quer a nível teórico. Relativamente ao estágio tive sorte de o fazer numa das melhores Confeitarias do Norte do País.

Está a trabalhar na área do curso que frequentou? Se sim, em que medida a formação foi adequada para lhe facilitar um melhor desempenho profissional?

Neste momento sou gerente da Pastelaria Doce-Maia, na Maia.



A minha formação profissional permitiu-me ter uma visão muito mais exacta de toda a produção de Pastelaria, quer das características técnicas dos ingredientes, quer de todo o processo produtivo.

Estes novos conhecimentos permitem-me ser muito mais exigente com a Qualidade da Produção

No final do curso quanto tempo esperou para conseguir o seu primeiro emprego? Quais as diligências que efectuou para o obter?

No meu caso foi quase automaticamente, pois os meus pais são proprietários de uma Pastelaria. O que aconteceu foi que passei a estar muito melhor preparada para me juntar à empresa.

Hoje, voltaria a escolher o mesmo curso e optava também por esta via de formação?

Claro que sim, pois tal como já disse fiquei muito satisfeita com a formação obtida em ambos os cursos.

Entrevista

Entrevista

Com José Mário Plácido dos Santos

Qual o curso de formação profissional que frequentou? Quais as razões que o levaram a fazer essa opção?

Frequentei o Curso de Preparador de Produtos Cárneos, no centro de Formação profissional do sector Alimentar, em 1994.

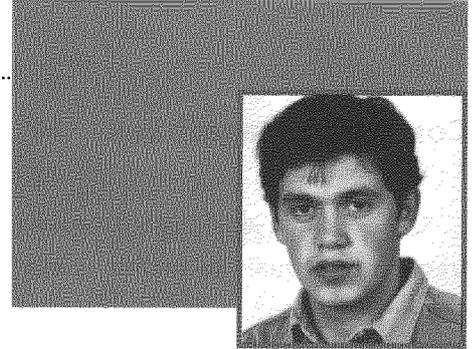
A minha família tinha um pequeno negócio familiar de salsicharia e, a nosso ver, seria óptimo se um membro da família adquirisse os conhecimentos necessários para transformar o pequeno negócio numa pequena empresa de transformação de produtos cárneos.

Em que medida a formação teórica, a formação prática e a experiência profissional satisfizeram as expectativas iniciais à entrada no curso?

Todas as expectativas e em todas as vertentes foram superadas. Para alguém, como eu, que nada sabia da profissão, fiquei com um conhecimento do que de melhor se faz em Portugal e, como se faz. Isto no que diz respeito às técnicas e procedimentos que levaram ao desenvolvimento de produtos "Casa da Prisca". Ainda hoje consulto os manuais da formação para a resolução de problemas do dia a dia.

Está a trabalhar na área do curso que frequentou? Se sim, em que medida a formação foi adequada para lhe facilitar um melhor desempenho profissional?

A formação trouxe-me uma mais valia muito im-



portante, nomeadamente no conhecimento do funcionamento das máquinas e equipamentos do sector; no conhecimento dos métodos de fabricação de produtos, a vários níveis, pois o estágio foi dividido por duas empresas; uma de grande dimensão nacional e, outra de pequena dimensão. Foi ainda importante para os inúmeros contactos que desenvolvi e, finalmente, por ter estado durante vários meses em Lisboa a frequentar meios na área das carnes, o que, para quem vive fora dos grandes centros urbanos, é muito importante como factor de desenvolvimento.

No final do curso quanto tempo esperou para conseguir o seu primeiro emprego? Quais as diligências que efectuou para o obter?

Como já disse, logo que o curso terminou, dediquei-me ao desenvolvimento de produtos próprios tradicionais e ao desenvolvimento do projecto para a implantação da minha empresa. Hoje, conjuntamente com a minha família, a Salsicharia Trancosense, que foi montada de raíz no início de 1996.

Presentemente, está com uma facturação de 350.000 contos/ano em vias de crescimento, pois, para além do mercado nacional, estamos já a exportar para vários Países da CE.

Hoje, voltaria a escolher o mesmo curso e optava também por esta via de formação?

Sem sombra de dúvidas. Tanto mais que, para o início da laboração da minha empresa, todos os funcionários tiveram formação profissional, ministrada pelo Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar, que tornou a superar as minhas expectati-

vas. Quero dizer com isto que a produção se iniciou em conjunto com a formação e nenhuma das duas ficou prejudicada, dada a capacidade dos técnicos e restante equipa do Centro de Formação.

Para mim, a formação profissional é um dos alicerces da empresa.

Entrevista

Com Rui Garcia

Qual o curso de formação profissional que frequentou? Quais as razões que o levaram a fazer essa opção?

O curso que frequentei foi de Ladrilhagem. Por um lado já tinha relações com o meio da construção civil e gostava de azulejos e, por outro por ser uma profissão bem remunerada.

A razão principal foi que sempre considerei esta profissão muito criativa e o meu desejo desde sempre era vir a trabalhar por conta própria.

Em que medida a formação teórica, a formação prática e a experiência profissional satisfizeram as expectativas iniciais à entrada no curso?

Em termos de formação teórica, a parte que considerei mais importante foi o saber ler e interpretar um projecto. A parte prática excedeu as minhas expectativas dada a grande sistematização.

Está a trabalhar na área do curso que frequentou? Se sim, em que medida a formação foi adequada para lhe facilitar um melhor desempenho profissional?

Quando iniciei a formação já trabalhava como servente, mas aprendia "por cópia do mestre", o que

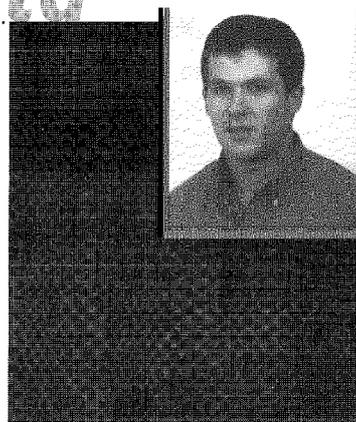
é mais moroso e incompleto. A formação permitiu-me, em pouco tempo, adquirir os conhecimentos teóricos e práticos dum modo mais rápido e eficaz para pôr em prática o meu projecto profissional.

No final do curso quanto tempo esperou para conseguir o seu primeiro emprego? Quais as diligências que efectuou para o obter?

Já fazia pequenas empreitadas ao fim de semana. Posteriormente um vizinho que era empreiteiro convidou-me a ir trabalhar com ele. Finalmente, após um ano, comecei a trabalhar já por conta própria, como empresário.

Hoje, voltaria a escolher o mesmo curso e optava também por esta via de formação?

Gosto da profissão e voltava a escolher o mesmo curso. Gostaria de um dia mais tarde aperfeiçoar-me noutras áreas da construção civil mas continuo a gostar dos azulejos. Inclusivé, já tive a oportunidade de colaborar numa formação de ladrilhadores.



Intervenção Operacional

INTEGRAR

VISANDO PROMOVER A INTEGRAÇÃO ECONOMICA E SOCIAL DOS GRUPOS MAIS DESFAVORECIDOS DA POPULAÇÃO

Aos tradicionais "desfavorecidos" juntam-se novos grupos da população.

Se a integração económica e social não tiver êxito, a exclusão alastra e aprofunda-se. INTEGRAR é preciso.

Com o objectivo de proceder à criação de um sistema de validação/certificação da formação desenvolvida pelas entidades cujos projectos de destinam à população mais desfavorecida, foi, entretanto, criado um grupo de trabalho denominado "Certificação para grupos especiais", em parceria com os Programas de Iniciativa Comunitária, com o IEPF e o Ministério da Educação, por forma a tornar reconhecível aos futuros empregadores a qualidade e as competências profissionais adquiridas pela frequência das acções de iniciação profissional e qualificação inicial.

O CONTEXTO

As dificuldades de acesso e integração no mercado de emprego e na sociedade em geral atingem de forma crítica, no actual quadro evolutivo da realidade sócio-económica, sectores cada vez mais alargados da população, em razão de alterações estruturais e de assimetrias e desequilíbrios de desenvolvimento a estas associadas.

Esta situação toca com acuidade crescente determinados grupos de pessoas pelo facto de se encontrarem já condicionadas por factores individuais de desvantagem, conducentes a situações de exclusão social, mais ou menos graves e crónicas.

Aos grupos tradicionalmente considerados "desfavorecidos" têm vindo progressivamente a juntar-se novos grupos, de modo a que estas situações se circunscrevem cada vez menos a determinadas minorias ou zonas particulares, para atingirem pessoas que tinham, até aqui, um emprego estável.

Frequentemente, o problema do desemprego consiste apenas numa das muitas dimensões das suas desvantagens que se agravam com o aumento do tempo de desemprego.

Neste contexto, surge o Subprograma INTEGRAR enquadrado no II Quadro Comunitário de Apoio a Portugal no eixo "Melhorar a Qualidade de Vida e a Coesão Social" e no Programa "Saúde e Integração Social", apresentando-se como mais um dos instrumentos adaptados às prioridades do combate à exclusão social em Portugal, permitindo, através do princípio da adicionalidade, um reforço das políticas nacionais direccionadas para o desenvolvimento e para a coesão social do nosso país.

OS OBJECTIVOS

Pretende-se levar a cabo um conjunto de medidas com os seguintes objectivos:

- **Promover o desenvolvimento social em comunidades desfavorecidas**, num quadro de desenvolvimento global e multidimensional de forma a criar condições para uma efectiva integração destes grupos;
- **Promover a reinserção dos desempregados de longa duração** no mercado de emprego através do desenvolvimento de acções de formação adaptadas às particularidades deste grupo e de acções complementares facilitadoras do seu acesso à formação e à integração no mercado de emprego;
- **Promover a integração sócio-económica das pessoas com deficiência** através do desenvolvimento de acções de orientação/formação e integração profissional, bem como da formação dos profissionais que intervêm no processo;
- **Promover a integração económica e social dos grupos sociais desfavorecidos** através do desen-

volvimento de acções de orientação/formação, adequadas às características destes públicos, de acções de facilitação da integração sócio-profissional, bem como da formação dos profissionais que intervêm no processo.

- Possibilitar a realização eficaz dos projectos de apoio ao desenvolvimento social, à integração sócio-económica de pessoas com deficiência e dos grupos populacionais mais desfavorecidos, através da **criação e/ou adaptação das infra-estruturas e dos equipamentos** necessários.

SUBPROGRAMA INTEGRAR

MEDIDA 1

Apoio ao desenvolvimento social

MEDIDA 2

Integração sócio-económica dos DLD

MEDIDA 3

Integração sócio-económica das pessoas portadoras de deficiência

MEDIDA 4

Integração sócio-económica dos grupos mais desfavorecidos

MEDIDA 5

Construção e adaptação de infra-estruturas e equipamentos de apoio

O Subprograma dispõe, para o total dos 6 anos do QCA II, de uma dotação financeira de cerca de 87 milhões de contos. Na sua componente de formação profissional, o INTEGRAR apresenta-se como o terceiro programa com o maior volume financeiro do bolo do Fundo Social Europeu para o período de vigência 1994/1999.

No âmbito desta componente, estão a decorrer durante o presente ano um total de 473 projectos, em todo o território continental. Estes são maioritariamente promovidos por entidades colectivas de direito público e privado sem fins lucrativos, tais como Instituições Privadas de Solidariedade Social, Associações, Autarquias e Institutos Públicos.

AS ESPECIFICIDADES

As características específicas das pessoas incluídas na população alvo deste Subprograma originam dificuldades acrescidas quanto à participação nas ac-

ções de formação e na inserção da vida activa, que se procuram atenuar através da elegibilidade de diversas acções a montante e a jusante da formação profissional que podem e devem ser desenvolvidas em simultaneidade.

Estas acções assumem particular destaque na área de intervenção do Medida 1 do Subprograma, uma vez que esta tem como população alvo as comunidades económica e socialmente desfavorecidas e permite desenvolver uma diversidade de acções complementares às acções de formação profissional.

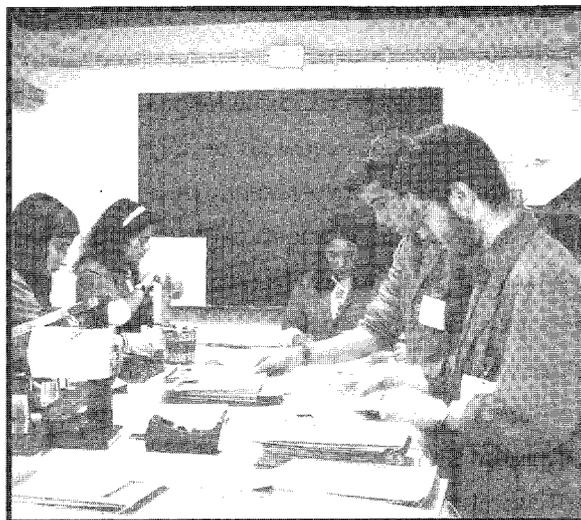


Jovem no Curso de Informática

MEDIDA 2

Os Desempregados de Longa Duração constituem a maioria dos desempregados inscritos nos Clubes de Emprego. Por outro lado, no domínio das medidas de política implementadas recentemente destaca-se o processo de alargamento do Rendimento Mínimo Garantido (RMG), desde Julho de 1997, como uma das medidas com mais significado, e implicações na área de intervenção do Subprograma. Esta data, correspondendo ao terminus da fase experimental (projectos-piloto) e ao reconhecimento do RMG, enquanto um direito de âmbito nacional, determinou, necessariamente, a realização de um esforço de articulação entre os diferentes agentes envolvidos no processo de combate à exclusão social, onde se integra este Subprograma.

Neste sentido, o INTEGRAR constitui um instrumento complementar, da maior importância, para a sua implementação ao nível nacional. Ou seja, o contributo do INTEGRAR, tal como o de outros programas nacionais e comunitários, prende-se essencialmente com a viabilização da componente de programas de inserção que integram este instrumento de combate à exclusão, na medida em que os públicos alvo do Subprograma se cruzam tendencialmente com os seus beneficiários potenciais e os seus objectivos se recobrem em boa parte. Esta possibilidade é particularmente evidente no caso da Medida 2, uma vez que as situações habitualmente associadas aos grupos considerados como os seus destinatários preferenciais (desemprego de longa duração, baixos níveis de escolaridade e qualificação profissional, sem suporte da Segurança Social) indiciam uma forte possibilidade de que



estes possam integrar o grupo de beneficiários do RMG.

Deste modo, considerou-se pertinente promover uma articulação forte com o processo de alargamento do RMG, considerando para o efeito o "grupo" constituído pelos seus beneficiários como grupo prioritário da Medida 2 do INTEGRAR e introduzindo-se o conceito de equiparação dos beneficiários do RMG em situação de desemprego prolongado a Desempregados de Longa Duração para efeito de candidatura à Medida (alteração da ficha técnica no ano de 1997).

Existem assim diversas barreiras que impedem o acesso deste público, nomeadamente dos que revelam maiores dificuldades de reinserção às medidas implementadas. Com efeito, à diminuição do rendimento económico junta-se demasiadas vezes a quebra de laços sociais, a perda e a desconfiança nas próprias capacidades, o isolamento e a passividade, a ausência de auto-estima.

Estas características tornam necessário o reforço de acções que permitam, em primeiro lugar, a capacitação dos desempregados de longa duração para o acesso às próprias medidas de formação e emprego, depois o desenvolvimento, de uma formação qualificante mas adaptada às particularidades deste grupo e, por último, um acompanhamento, tanto quanto possível personalizado, durante todo o processo de reintegração sócio-profissional.

Surge, desta forma, como tipo de acções elegíveis no âmbito desta Medida a Formação Profissional Especial, nos termos do disposto no Despacho Normativo nº140/93 de 6 de Julho.

As acções de Formação Profissional Especial distinguem-se da restante formação, por abranger de forma conjugada as seguintes fases:

FASES da FORMAÇÃO PROFISSIONAL ESPECIAL

1ª Fase: Adaptação Mútua entre o formando e a entidade formadora

2ª Fase: Organização e funcionamento da formação profissional propriamente dita

3ª Fase: Inserção na actividade profissional

A Formação Especial confere ao beneficiário uma iniciação profissional que engloba o desenvolvimento de competências e oportunidades de formação, no sentido de obter uma qualificação inicial e, ainda, a possibilidade de obtenção de escolaridade obrigatória, opção que é incentivada pelas várias entidades promotoras que promovem parcerias com as escolas, no intuito de encaminhar os formandos para a frequência do ensino recorrente, o que lhes permitirá aceder a níveis de qualificação superior.

MEDIDA 3

As pessoas deficientes, que devido a deficiências sensoriais, motoras ou mentais e com doença mental, sofrem limitações, seja ao nível das competências sociais e de autonomia pessoal, seja ao nível das qualificações escolares e profissionais que condicionam a sua inserção económica e social, constituem um grupo bem caracterizado de população desfavorecida especialmente vulnerável, não obstante o esforço concertado já desenvolvido por grande número de organismos públicos e privados da área da reabilitação no nosso país.

As acções apoiadas no âmbito da Medida 3 visam dotar as pessoas deficientes com competências para desempenhar uma actividade profissional no mercado de trabalho. A formação profissional das pessoas com deficiência é individualizada e assente em planos individuais de formação, consequentemente, as acções passíveis de apoio têm uma duração máxima de 4 anos e estruturam-se em 3 fases:

FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

1ª Fase: avaliação/orientação profissional

2ª Fase: qualificação profissional

3ª Fase: especialização e/ou experiência profissional em situação real de trabalho

Os formandos que concluem a 1ª fase da formação não obtêm qualquer nível de qualificação. Os formandos que concluem a 2ª e 3ª fase podem obter níveis de qualificação variáveis em função do tipo de deficiência, prevendo-se no entanto que ela

deva oscilar entre os níveis 1 e 2 para a população com deficiência mental e os níveis 3 e 4 para a população com deficiência motora e sensorial.

Uma vez que cerca de 60% do total dos beneficiários são portadores de deficiência mental, a maioria da formação no âmbito desta medida confere uma iniciação profissional, podendo atingir mesmo em alguns casos, uma qualificação inicial.

As acções inovadoras de formação profissional e emprego deverão proporcionar uma formação diferenciada e adaptada à condição específica de cada formando, podendo assumir a forma de regime em alternância (centros e empresas), formação integrada (empresas) ou formação simulada; deverão, ainda, criar condições para que os jovens com deficiência frequentem os cursos de formação profissional regular, viabilizando os apoios necessá-

rios, nomeadamente a nível da metodologia de formação/aprendizagem, do processo de comunicação, adaptação dos locais da formação, etc...

MEDIDA 4

Os grupos alvo identificados com potenciais beneficiários das acções desenvolvidas no âmbito desta medida foram identificados como sendo jovens em risco, toxicodependentes (jovens e adultos), ex-reclusos e detidos em instituições prisionais, minorias étnicas e culturais, sem abrigo e mulheres com dificuldades de (re)inserção profissional. As acções incluídas nesta medida visam promover a minoração das problemáticas de carácter social e económico que atingem estes grupos criando medidas específicas de formação e de apoio ao emprego que vão de encontro às necessi-



Curso de Artes Gráficas e Off-set

dades destes grupos, por forma a possibilitar-lhes uma efectiva integração sócio-profissional. Deste modo e uma vez que os beneficiários se caracterizam maioritariamente, por terem baixos níveis de qualificação ou mesmo ausência de qualquer grau de escolaridade, a formação profissional conferida poderá integrar as seguintes componentes:

Acções de transição para a integração sócio-profissional, incidindo ao nível da prevenção/compensação dos factores de marginalização e risco social, nomeadamente, desenvolvimento de actividades socialmente úteis e serviços de interesse comunitário, desenvolvimento de actividades desportivas, culturais e sócio-recreativas e actividades de ocupação de tempos livres;

Acções de orientação/formação em estruturas já existentes na comunidade (regulares ou específicas), com recurso a sistemas de apoio diferenciado (apoios metodológicos, terapêuticos, lúdicos e sociais), incluindo acções de informação/orientação profissional, adaptação ao sistema de formação, experiências de pré-profissionalização, formação sócio-educativa e formação;

Acções visando directamente a integração profissional dos grupos sociais mais desfavorecidos ou que potenciem o sucesso dessa integração, nomeadamente apoios à contratação, apoios à colocação e acompanhamento e avaliação da integração profissional, bem como ao funcionamento de acções ou estruturas inovadoras de transição para a (re) integração sócio-profissional, destinadas a prover os recursos essenciais à concretização de um projecto de vida, designadamente no âmbito do acompanhamento psico-social e do alojamento transitório;

Incentivos à criação do próprio emprego através da prestação de apoio técnico, de acompanhamento e de formação para reforço da auto-estima e da auto-confiança, das capacidades de liderança e de negociação com o meio.

OFERTA FORMATIVA ACTUAL: ANO DE 1998

A responsabilidade de gestão do INTEGRAR encontrava-se sob a alçada do ex-Ministério da Qualificação e do Emprego até Junho de 1996, altura em que foi constituída a actual Estrutura de Apoio Técnica sob a tutela directa do Ministro da Solidariedade e Segurança Social, actualmente Ministro do Trabalho e da Solidariedade. Pretende-se, assim, dar alguma visibilidade e destaque à população dos grupos mais desfavorecidos, distinguindo-os dos restantes beneficiários, cuja responsabilidade está atribuída ao IEFP. Após um período de transição marcado por alguma lentidão, só durante o cor-



Curso de Olaria

rente ano foi possível à actual gestão assumir inteira responsabilidade pelas aprovações no âmbito do Subprograma. Neste sentido, passamos a apresentar alguma informação quantitativa da actual situação da oferta formativa apoiada pelo INTEGRAR.

Estão a decorrer, no presente ano, um total de 1787 cursos de formação profissional, abrangendo cerca de 21 000 formandos.

QUADRO 1

Distribuição do nº de cursos e nº de formandos por Medida

Medidas FSE que compõem o Integrar	nº de cursos	nº de formandos
Medida 1	112	2.020
Medida 2	440	6.129
Medida 3	897	6.530
Medida 4	338	6.649
TOTAL	1.787	21.328

Na directa razão das dotações financeiras atribuídas a cada medida, o nº de cursos é maior nas medidas 2 e 3, que detêm maior dotação financeira relativa. No caso da Medida 3, e como foi já referido, este peso deve ter em consideração o facto da formação poder ser individualizada e assente em planos individuais de formação.

QUADRO 2

Distribuição do nº de cursos e do nº de formandos por níveis de qualificação de saída

NÍVEIS DE FORMAÇÃO	nº Cursos	nº formandos
NÍVEL 1	530	5.568
NÍVEL 2	1.082	11.758
NÍVEL 3	113	2.392
NÍVEL 4	27	665
NÍVEL 5	35	945

Da leitura do quadro 2 é visível o peso assumido pelo nível de formação de saída 2 no total dos beneficiários de todos os cursos ministrados. Isto é compreensível dadas as características da população alvo do INTEGRAR atrás referidas. O nível 1 assume também um peso elevado, uma vez que nele estão incluídos muitos formandos que terminaram a 1ª fase da formação profissional especial, estando neste momento a frequentar o 2º módulo da formação propriamente dita.

QUADRO 3

Nº de cursos e nº de formandos da formação profissional inicial sem equivalência académica (níveis de saída 2 e 3) por medida

Medidas FSE	Cursos	Formandos
Medida 1	63	1.036
Medida 2	360	4.983
Medida 3	543	3.541
Medida 4	229	4.590
TOTAL	1.195	14.150

O quadro 3 permite constatar que os beneficiários das Medidas 2 e 4 são os principais destinatários da formação profissional inicial, muito embora, no âmbito da medida 1, o nº de formandos corresponda a cerca de metade da totalidade dos mesmos.

QUADRO 4
Distribuição regional do nº de cursos e do nº de formandos por níveis de qualificação

	Níveis 2 e 3		TOTAL CURSOS	
	CURSOS	FORMANDO	CURSOS	FORMANDO
NUTS 1	306	3.685	433	5.364
NUTS 2	256	2.631	402	4.556
NUTS 3	539	7.022	752	9.725
NUTS 4	55	471	115	851
NUTS 5	39	341	85	832
TOTAL	1.195	14.150	1787	21.328

Devido aos níveis de concentração elevada que se verificam nas áreas urbanas e suburbanas dos grupos mais desfavorecidos, o número de formandos, na região de Lisboa e Vale do Tejo, assume, naturalmente, um peso elevado que ascende a cerca de 50% do total dos beneficiários. Este peso torna-se mais importante se nos concentrarmos apenas nos cursos de qualificação inicial que não conferem equivalência académica, apontando para a necessidade de se reforçarem nesta zona as parcerias com o Ministério da Educação e com o IEFP.

Áreas predominantes dos cursos apoiados que conferem formação profissional inicial sem equivalência académica

Áreas de Formação	Nº Cursos	Nº Beneficiários
Ajudantes Familiares	66	983
Informática	64	1.744
Artesão	52	573
Práticas Administrativas	49	510
Carpinteiro	49	399
Jardineiro	58	553

QUADRO 5

São mais de 100 as áreas de formação abrangidas pelos cursos apoiados e que conferem qualificação com níveis de saída 2 e 3, abrangendo áreas tão específicas como afinadores de piano, técnicos de Braille, e auxiliares de maqueiro.

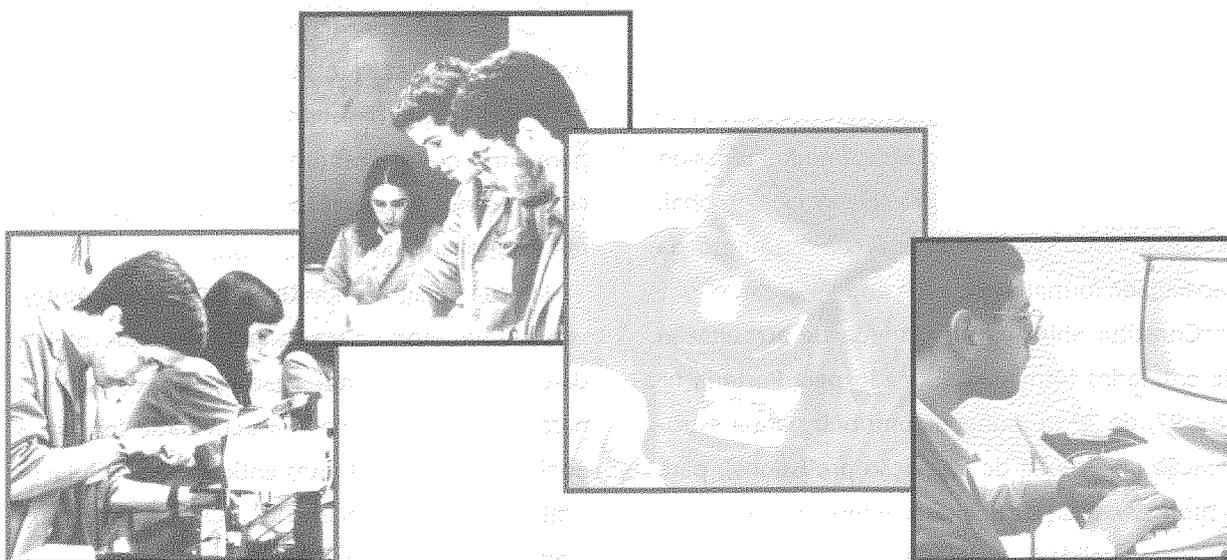
A área que se destaca pelo nº elevado de formandos que abrange é a de informática, o que indicia que o indivíduo, como atrás referido, pode prosseguir a sua formação para níveis de qualificação superiores, uma vez que se pode pressupor que um formando que frequenta informática tem capacidades para, paralelamente, frequentar o ensino recorrente, ou que, através da mesma formação, lhe sejam concedidas habilitações académicas idênticas às conferidas pela frequência do ensino recorrente.

Com o objectivo de proceder à criação de um sistema de validação/certificação da formação desenvolvida pelas entidades cujos projectos de destinam à população mais desfavorecida foi entretanto criado um grupo de trabalho denominado "Certificação para grupos especiais", em parceria com os Programas de Iniciativa Comunitária, com o IEFP e o Ministério da Educação, por forma a tornar reconhecível aos futuros empregadores a qualidade e as competências profissionais adquiridas pela frequência das ações de iniciação profissional e qualificação inicial.



CRISTINA LOURO
Gestora do Subprograma INTEGRAR

JOANA TOSCANO E JOÃO MATOSO
Técnicos da Intervenção Operacional INTEGRAR



INOFOR

Instituto para a Inovação na Formação

Acreditação de entidades formadoras



OBJECTIVOS E METODOLOGIA

Acreditar: dar crédito, crer, depositar confiança - é este, na sua essência, o objectivo da acreditação de entidades formadoras, que, tecnicamente, tem sido definida como uma operação de validação global, recenseamento qualificado e reconhecimento da capacidade formativa de uma entidade.

Constitui objectivo do sistema de acreditação de entidades formadoras, criado pela Portaria nº 782/97, de 29 de Agosto, contribuir para a estruturação do sistema de formação profissional, para a profissionalização dos seus actores e para a elevação da qualidade, utilidade, adequação e eficácia

das intervenções formativas. Simultaneamente, pretende-se que o sistema contribua igualmente para uma maior "rendibilidade" na aplicação e consumo dos fundos disponíveis para apoio à formação profissional.

Na sua vocação, o sistema é de aplicação universal: obrigatório para as entidades que pretendam beneficiar de fundos nacionais e comunitários para financiamento da sua actividade formativa, opcional para as restantes entidades, como factor distintivo de reconhecimento, com o valor promocional no mercado que daí pode advir.

DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA

O desenvolvimento do sistema de acreditação prevê a incorporação gradual de parâmetros como a vocação e os objectivos da entidade, os domínios de intervenção (decorrentes de uma modelização, e subsequente segmentação, do ciclo ou processo formativo), as áreas temáticas (qualidade, marketing, informática, electrónica, produção agrícola, silvicultura, serralharia, etc.), as modalidades de formação (inicial, contínua, reconversão, etc.), as formas de organização da formação (presencial, a distância, em contexto de trabalho, em alternância, etc.) e os públicos alvo (activos empregados, jovens à procura do primeiro emprego, gestores de PME, mulheres empresárias, dirigentes e quadros técnicos, públicos com baixa escolaridade em risco de exclusão social, etc.) por forma a delimitar, progressivamente, de forma tão clara, precisa e substantiva quanto possível, o âmbito ou enfoque da acreditação (Figura 1).

Até ao momento, foram incorporados pelo sistema (e nos seus resultados) a vocação e objectivos da entidade e os domínios de intervenção, traduzidos em prazos de acreditação diferenciados, em função da solidez e sustentação dos elementos evidenciados na candidatura à acreditação.

A integração da componente áreas temáticas, próxima etapa do desenvolvimento do sistema, levanta questões técnicas complexas, pelo que, nesta matéria, se optou por avançar com toda a precaução, de forma segura e sustentada, de modo a que a solução a implementar contribua efectivamente para uma maior transparência do mercado da formação, não constituindo, simultaneamente, um entrave à dinâmica da oferta formativa, em resposta à permanente evolução das necessidades mercado.

FIGURA 1 - Parâmetros de caracterização



RESULTADOS

De Setembro de 1997 a Setembro de 1998, foram recebidas no INOFOR cerca de 1750 candidaturas à acreditação.

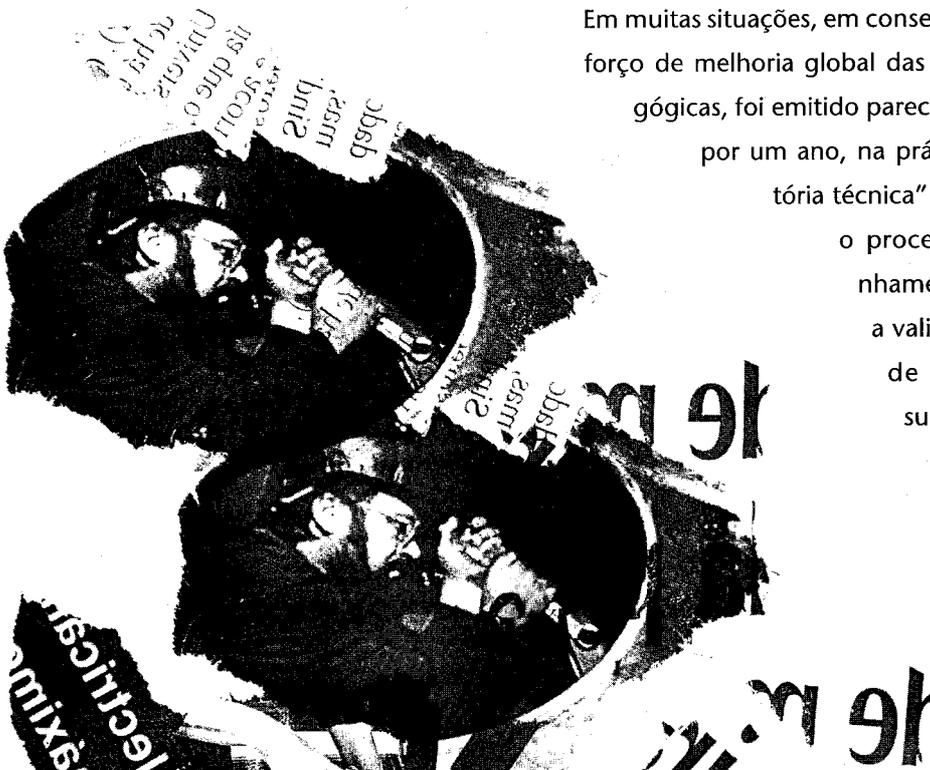
Neste momento, encontram-se acreditadas em domínios de intervenção e por prazos diferenciados 1393 entidades, cerca de 80% do total das entidades candidatas a acreditação. Dos restantes 20%, cerca de 10% não exibem condições para serem objecto de parecer de acreditação (não acreditadas) e cerca de 10% encontram-se em processo de análise técnica.

Importa realçar que a percentagem de entidades não acreditadas já foi substancialmente maior, tendo vindo a observar-se com o tempo alguma "transferência" destas para o lote das entidades acreditadas.

Ao longo deste primeiro ano de vida do sistema, muitas entidades com recursos técnicos mais "frágeis" (ou insuficientemente "evidenciados" no dossier de candidatura à acreditação) entraram em contacto com a Equipa da Acreditação, procurando informar-se de como poderiam completar, enriquecer e sustentar tecnicamente os seus processos de candidatura, de modo a tornar viável a sua acreditação.

No decurso deste processo, clarificaram projectos e objectivos formativos, identificaram o seu corpo técnico de profissionais, delinearam metodologias de intervenção pedagógica, identificaram conteúdos programáticos, apresentaram exemplos de suportes pedagógicos, identificaram os meios didácticos envolvidos nas intervenções, dotaram-se, enfim, em muitos casos, de recursos de que não dispunham.

Em muitas situações, em consequência deste esforço de melhoria global das condições pedagógicas, foi emitido parecer de acreditação por um ano, na prática uma "moratória técnica" que remete para o processo de acompanhamento da entidade a validação do crédito de confiança substanciado neste parecer.



O objectivo do sistema de acreditação não é “chumar” entidades mas sim contribuir para a estruturação do sistema de formação. Nesta medida, considera-se que o sistema cumpriu o seu objectivo.

Movimento inverso se observa por vezes no âmbito do processo de acompanhamento já iniciado, em resultado do qual algumas entidades acreditadas vêm o seu parecer “revisto”, em casos

limite com proposta de “suspensão” da anterior decisão de acreditação, por não demonstrarem efectivamente deter as condições exibidas no *dossier* de candidatura.

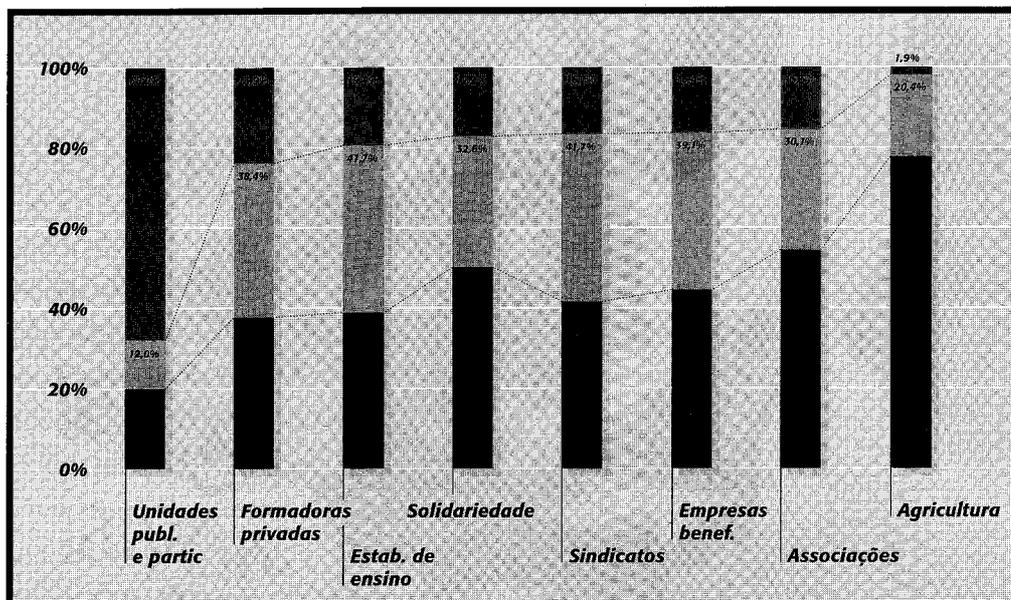
A análise da distribuição global dos prazos de acreditação traduz eloquentemente as fragilidades do tecido formativo português:

- 47% de entidades acreditadas por um ano;
- 33% de entidades acreditadas por dois anos;
- 20% de entidades acreditadas por três anos.

Esta distribuição dos prazos de acreditação não se observa de forma idêntica em todos os “segmentos” analisados (Figura II), sendo mais favorável às entidades onde se desenvolve a oferta pública e participada de formação (centros de formação de gestão directa, centros de formação de gestão participada, centros tecnológicos, escolas profissionais, etc.) e às entidades formadoras/consultoras privadas, o que atesta a relativa solidez e consistência de meios e estruturas formativas de que dispõem, e menos favorável relativamente às entidades ligadas à agricultura (associações de agricultores, cooperativas agrícolas, etc.), às associações (empresariais, comerciais, industriais, técnicas, profissionais, de desenvolvimento regional e local, etc.) e às entidades que prosseguem objectivos no âmbito da solidariedade social, “segmentos” onde se detectam carências acentuadas de meios, mas também, em muitos casos, de *know how* pedagógico.



FIGURA 2 - Distribuição dos prazos de acreditação por "tipo" de entidade



A par de entidades e "projectos" formativos com fragilidades acentuadas ao nível das capacidades técnicas e pedagógicas envolvidas, o recenseamento já realizado permitiu também indiciar casos de excelência, casos de "boas práticas" e casos de inovação indutora de sucesso das intervenções, que importa incentivar e promover.

Permitiu ainda, particularmente no caso de algumas entidades que desenvolvem projectos no âmbito da solidariedade social, mas, também, no caso de algumas entidades ligadas à agricultura, identificar situações em que, muito provavelmente, o *dossier* de candidatura à acreditação não conseguiu traduzir inteiramente a riqueza e a validade desses projectos e as competências e recursos que

os sustentam, talvez por alguma dificuldade em traduzir, no plano do discurso "formal" e técnico, competências que se situam essencialmente ao nível do "saber fazer", o que, em todo caso, só realça a importância do processo de acompanhamento.

O ACOMPANHAMENTO DAS ENTIDADES

Metodologicamente, o processo de acreditação só está completo com o acompanhamento da entidade.

Com o acompanhamento pretende-se validar os resultados da análise da candidatura à acreditação previamente apresentada pela entidade, mas

ainda, apontar vias e modelos de intervenção articulada entre tutelas ou organismos competentes, que, em parceria, complementem e promovam o desenvolvimento das áreas mais carenciadas.

DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

O INOFOR procedeu recentemente à publicação em Diário da República (DR Nº 209 - II Série, de 10 de Setembro de 1998) da listagem das entidades acreditadas à data de 13 de Agosto de 1998.

Em breve, a listagem de entidades acreditadas passará também a estar acessível através da Internet, com facilidades de consulta acrescidas.

Neste primeiro ano de vida da acreditação, ano que foi assumido como de adaptação e de familiarização com o sistema, pretendeu-se que os objetivos pedagógicos prevalecessem sobre uma aplicação rígida dos critérios de avaliação, cómoda na execução, mas de efeitos imprevisíveis, numa óptica de estruturação gradual e sustentada do tecido formativo.

Crédito, do latim *creditus*, empréstimo, significa também, por extensão, a coisa devida. É nosso desejo que ao crédito que representa a acreditação corresponda também um empenho redobrado das entidades na qualidade e adequação das suas intervenções formativas.



CARLOS CAPELA
 Coordenador de Projecto no INOFOR



Livros

O SECTOR DO VESTUÁRIO EM PORTUGAL

Esta publicação insere-se num conjunto de estudos realizados por equipas de investigação do Inofor visando a caracterização da evolução das qualificações e o diagnóstico de necessidades de formação. Este é o primeiro de um conjunto de estudos sectoriais que irão sendo gradualmente publicados pelo Inofor.

A obra é composta por um caderno principal, que contém um resumo do estudo efectuado pela equipa de investigação, e por uma separata, que é constituída por doze fichas de perfis profissionais e por um resumo dos cenários construídos.

O objectivo central do trabalho é revelar necessidades de mão-de-obra qualificada no sector do vestuário, a curto, médio e longo prazo, e apresentar pistas de reorientação das políticas de formação profissional. Para tal os autores utilizam um sistema prospectivo de caracterização de per-

fis profissionais e de levantamento de necessidades de formação, apoiado numa profunda caracterização sócio-económica e técnico-organizacional do sector.

Assim, baseados no pressuposto que a evolução das qualificações ocorre num quadro de mudança estratégica, tecnológica e organizacional, os autores realizam um estudo abrangente e ambicioso que procura cobrir a realidade do sector do vestuário de forma multifacetada.

Os autores começam por realizar um diagnóstico da situação actual do sector em Portugal, apoiados em fontes de informação estatística e secundária. De seguida, analisam as opções estratégicas efectuadas por um conjunto de empresas (ao nível dos mercados e produtos, das configurações tecnológicas, da estrutura organizacional, da organização do trabalho e da gestão de recursos humanos), que se consubstancia na construção de agrupamentos estratégicos. Estes resultam da sistematização da informação recolhida nas empresas

e da sua agregação de acordo com as semelhanças estratégicas, permitindo a identificação de uma paleta de posições competitivas para as empresas da indústria do vestuário.

Segue-se uma análise prospectiva do sector materializada em quatro cenários que, de forma sugestiva, foram baptizados com nomes de metais: ouro, prata, bronze e latão. Cada um destes cenários ilustra um futuro possível para a maioria das empresas do sector num espaço temporal de dez anos. As realidades assim construídas permitem a introdução de elementos prospectivos nos perfis profissionais elaborados e a sistematização das suas repercussões no emprego (volume e qualidade) e nas competências.

Os autores continuam com uma análise das profissões do sector do vestuário que se encontram em crescimento/emergência, em transformação e em regressão, por áreas funcionais da empresa (concepção e desenvolvimento do produto, planeamento da produção, produção,



Autor: Vários

Título: O SECTOR DO VESTUÁRIO EM PORTUGAL

Edição: Inofor, 1997

Número de páginas: 92 (caderno principal)
+ 38 (separata)

Distribuição gratuita

manutenção, gestão, qualidade e comercial e marketing), identificando as necessidades de competências em cada uma das profissões ou área funcional. Esta análise termina com a passagem de empregos para perfis profissionais, cuja construção tem por base a análise dos empregos actuais e as possíveis implicações dos cenários.

O estudo continua com o levantamento, caracterização e análise da oferta formativa existente e orientada para o sector e a indicação de pistas de reorien-

tação da formação profissional a curto e a médio-longo prazo.

O último capítulo da obra é dedicado à identificação de outras estratégias de resposta aos problemas do sector, partindo do reconhecimento que essas respostas não provêm exclusivamente do sistema de ensino/formação. As propostas dos autores são esboçadas em torno de eixos como mercados e produtos, modernização tecnológica, organização do trabalho, gestão de recursos humanos e gestão do mercado de trabalho.

Para finalizar, podemos afirmar que as grandes inovações deste estudo se centram na grande abrangência da análise, na criação dos agrupamentos estratégicos, na construção dos cenários de evolução, na elaboração de perfis profissionais prospectivos e na procura, sempre presente, de indicação de pistas de resolução dos problemas do sector do vestuário.

Aconteceu...

GERIR PESSOAS: ARTE, CIÊNCIA OU UTOPIA?

TEMA DO XXXI
ENCONTRO NACIONAL
DA A.P.G.

Gerir pessoas é: Uma arte? Uma ciência? Ou uma utopia?

Para debater estas questões, a Associação Portuguesa dos Gestores e Técnicos dos Recursos Humanos (APG) levou a efeito, em simultâneo, o seu XXXI Encontro Nacional, a IV Conferência Nacional do seu núcleo de Formadores e o X Congresso Iberoamericano da Federación Iberoamericana de Capacitación y Desarrollo (FIACYD), nos passados dias 29 e 30 de Junho e 1 de Julho.

Este evento, que serviu de momento de reflexão e de actualização profissional, pode considerar-se um êxito pela qualidade das intervenções, e pelas largas centenas de participantes quer nacionais, quer provenientes de países latino americanos e de Espanha, quer, ainda, de uma

pequena representação da comunidade de países de língua oficial portuguesa.

A sessão de abertura foi presidida pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, que realçou a necessidade de se considerar o investimento nos recursos humanos como um factor de coesão e competitividade das empresas e das organizações e não como uma despesa.

1º DIA: ARTE

A arte de gerir pessoas ocupou o primeiro dia de trabalhos. A preocupação foi reflectir sobre a forma como as organizações devem funcionar, no sentido de otimizar as pessoas. Das várias intervenções destacamos duas, que tiveram larga repercussão entre os participantes.

Ó Eng. Jardim Gonçalves, presidente do B.C.P., demonstrou quão importante é, para si e para a organização a que preside, a gestão de recursos humanos. Explicou a forma como se distribuem e se exercem, na sua organização, as funções ha-

bitualmente cometidas ao departamento de pessoal, inexistente no seu banco, considerando aqueles departamentos como "uma fonte de poder ou de contra poder". Apontou, ainda, como fundamental para o sucesso da sua empresa, a criação duma cultura empresarial própria, incorporada nas atitudes e comportamentos dos colaboradores.

Com uma comunicação intitulada "Situação e Tendências na Formação de Dirigentes" o Prof. José Maria Gasalla, professor na Universidade Autónoma de Madrid, após ter traçado um quadro da situação actual em aspectos tão diversos como a globalização da economia, a redução do papel do Estado ou o meio ambiente, veio apresentar a ideia de que hoje já não se verifica a tradicional relação entre mudança e formação, visto que esta última foi substituída pela aprendizagem e esta, sim, é que se relaciona com a mudança. A formação, pelo menos na sua forma tradicional, está em crise.

A complexidade da situação actual exige uma constante aprendizagem face ao ritmo cada vez mais acelerado do aparecimento de novos conhecimentos e competências.

2º DIA: CIÊNCIA

O segundo dia de trabalhos debruçou-se sobre esta visão da forma de gerir as pessoas, focando igualmente a formação e os seus problemas.

Saliente-se a intervenção com o título "Gestão Previsional das Competências" da Prof. Maria João Rodrigues, que, após uma caracterização do tecido empresarial português, pôs em relevo a necessidade de formação a todos os níveis, designadamente dos responsáveis pelas organizações. É muito difícil triunfar numa sociedade em que o uso das novas tecnologias da informação é essencial e em que progresso e competitividade exigem uma permanente actualização.

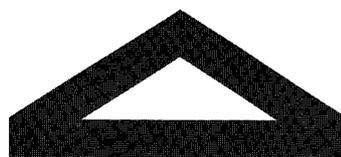
Pelo interesse e actualidade das comunicações, foram mo-

tivo de grande debate temas como "Novos Formadores para nova Formação", "Multimédia e Interactividade na Formação" e "Formação em Novas Competências".

Como é hábito nos congressos da FIACYD, realizou-se uma sessão plenária em que entrevistaram os seus vice-presidentes. Esta sessão teve como tema "Liderança em tempo de transformação" e foram oradores Glenda Nicolini, vice-presidente regional da Argentina, Uruguai e Paraguai; Manuel Matamoros, vice-presidente regional de Espanha e Portugal; Roberto Villatoro, vice-presidente regional do México, América Central e El Caribe e Luiz Abarca vice-presidente regional da Bolívia, Chile, Equador e Perú.

3º DIA: UTOPIA

Este tema foi o mote para a intervenção final, a cargo do brasileiro Gustavo Pinto, que, com uma intervenção plena de poesia e chamando a atenção para a utopia que há dentro de cada



APG

um, enfatizou o lado bom do Homem e todo o respeito que ele merece, citando Fernando Pessoa: "tudo vale a pena quando a alma não é pequena".

Antes, em sessões paralelas, três temas concitaram as atenções: "Inteligência emocional: mais emoção na gestão", "Políticas comunitárias e gestão de recursos humanos" e "Que empresa para as novas gerações". Destas três sessões destacamos a sessão "Inteligência emocional: mais emoção na gestão", tema inabitual nestes Encontros. Entrevi o português Jorge Marques, que afirmou que "a ideia do homem total já não aparece isolada, mas sim associada às necessidades e relações novas, de inovação, de criatividade, de inteligência, de conhecimento, de futuro, de criação de valor indi-

Aconteceu...

vidual e colectivo, que tem de se ir buscar a alguma parte". Interviu ainda, o argentino Horácio Badaracco, que traçou uma breve resenha histórica daquilo que se tem entendido por inteligência emocional, tendo terminado com algumas perguntas sobre a aplicação e uso da inteligência

emocional na gestão de recursos humanos.

Na sessão de encerramento, os participantes foram brindados com um magnífico concerto pela banda da Armada, que tocou músicas referentes a cada um dos países representados.

Como nota final, é de salien-

tar que Carlos Moura, presidente da Direcção Nacional da APG foi eleito presidente da FIACYD, em assembleia deste organismo, para o triénio 1998/2000.

"QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO SECTOR DAS PESCAS NA EUROPA" CONFERENCIA INTERNACIONAL

Realizou-se nos passados dias 24 e 25 de Setembro de 1998, em Sesimbra, uma Conferência Internacional subordinada ao tema "Qualificação Profissional no Sector das Pescas na Europa", promovida pelo FORPESCAS - Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas, com a colaboração de Sogn og Fjordane Fylkeskommune (Noruega), City of Westminster Col-

lege (Reino Unido) e Fondo Formación (Espanha), a qual se integra num Projecto de I&D (Projecto EUROMAT) apoiado pelo F.S.E., no âmbito do Programa Comunitário *Leonardo da Vinci*.

Esta iniciativa teve por objectivo principal sensibilizar empresários e profissionais do sector da pesca, aquacultura e indústria de pesca, para os novos desafios do sector, nomeadamente nos domínios da qualificação dos recursos humanos, da qualidade dos produtos e da dinâmica dos mercados.

Estiveram presentes neste evento cerca de 180 participantes, nacionais e estrangeiros,

sendo de destacar a participação de S.Ex.^a o Secretário de Estado das Pescas, Dr. Marcelo Vasconcelos, do Delegado Regional de Lisboa e Vale do Tejo do IEFEP, Dr. Carlos Faria, em representação de S.Ex.^a o Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional; e os Coordenadores do Programa, *Leonardo da Vinci* em Portugal e na Noruega. Participaram igualmente nesta iniciativa o Director-Geral de Pescas e Aquicultura e, na qualidade de oradores, técnicos das seguintes instituições: Direcção Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar, Instituto do

Emprego e Formação Profissional, Escola de Pescas e das Marinhas de Comércio, Instituto para a Inovação na Formação, Direcção Geral de Pescas da Noruega e de Espanha, e várias empresas/associações Portuguesas, Norueguesas, Inglesas e Espanholas.

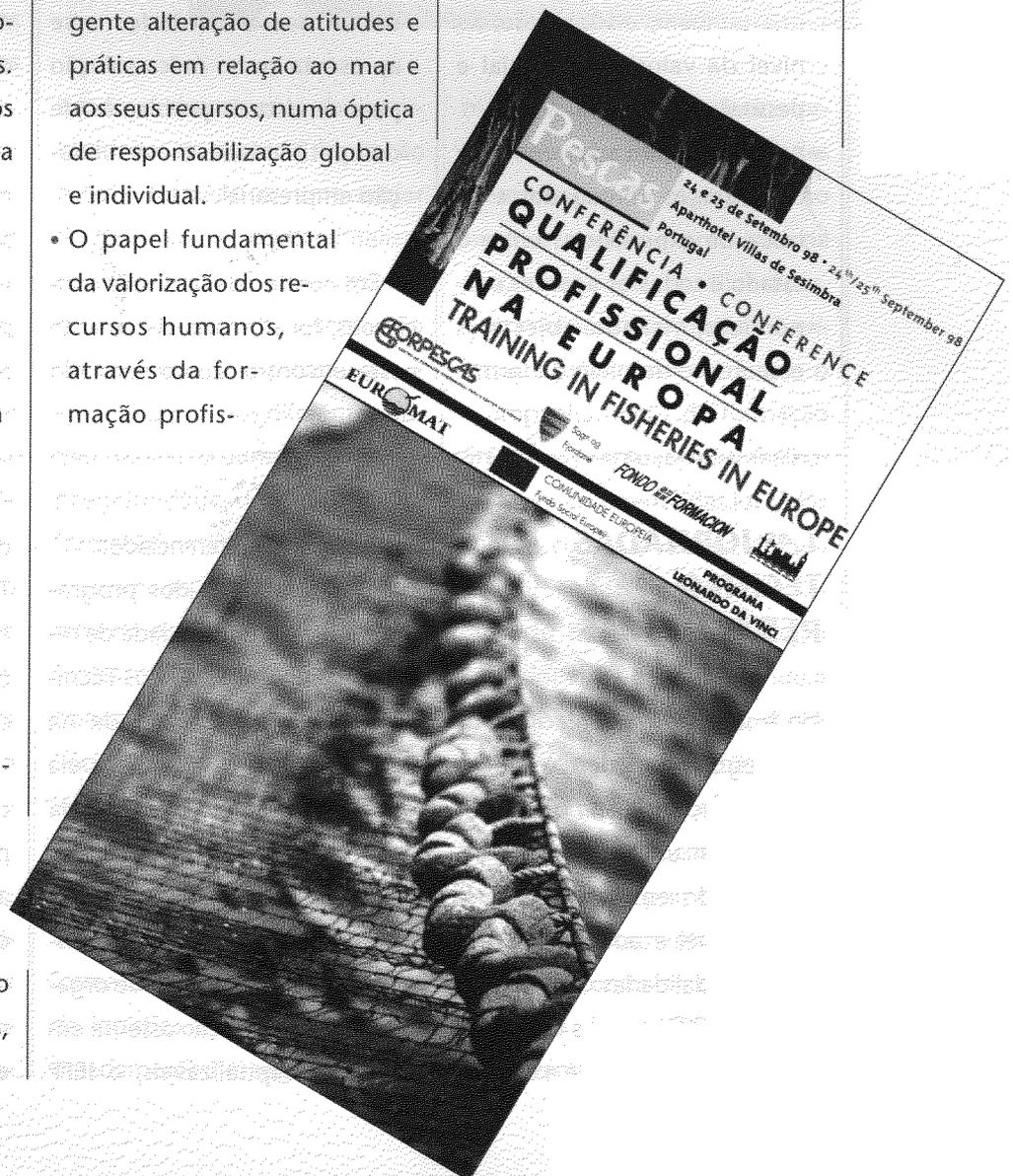
Os grandes temas abordados durante os dois dias em que a conferência decorreu foram:

- I. Desafios e Estratégias para a Fileira da Pesca
- II. A Qualidade no Sector da Pesca
- III. Formação Profissional para o Futuro
- IV. O Marketing dos Produtos da Pesca e as Tendências de Mercado: uma experiência do Projecto EUROMAT.

Como conclusões deste encontro, podemos salientar alguns aspectos fundamentais que foram evidenciados pela maioria dos oradores, e em especial por S.Ex.^a o Secretário de Estado das Pescas, nomeadamente:

- O ambiente de necessária mudança que tão drasticamente se impôs nos últimos anos no sector da pesca e de todas as actividades associadas ao mesmo, motivando uma urgente alteração de atitudes e práticas em relação ao mar e aos seus recursos, numa óptica de responsabilização global e individual.
- O papel fundamental da valorização dos recursos humanos, através da formação profes-

sional, tendo em vista a consolidação de novas atitudes e competências potenciadoras de um desenvolvimento equilibrado de pessoas e organizações.



Aconteceu...

- A crescente importância de respostas qualificantes cada vez mais flexíveis e adaptadas às reais necessidades dos profissionais e das empresas, não apenas ao nível tecnológico, mas também, e sobretudo, ao nível da valorização social e pessoal.
 - A importância cada vez maior dos esforços conjugados e da troca de experiências entre o estado e todos os agentes económicos, visando objectivos comuns no domínio da formação e qualificação dos recursos humanos, numa estratégia nacional e transnacional de globalização das sociedades.
 - A crescente dinâmica de qualidade global, que se expande a sectores e actividades e se apresenta como única solução para os actuais problemas de competitividade e consolidação empresarial.
- Em continuidade destas conclusões, foi afirmado claramente neste encontro, como corolário de todos os trabalhos, que o futuro das empresas e da estrutura social moderna depende da qualidade com que estas se consigam afirmar no futuro, dependendo esta qualidade em grande medida dos recursos humanos das empresas, pelo que podemos concluir que a formação e valorização dos recursos humanos será, sem dúvida, um requisito primordial para o futuro das empresas e de todo o tecido sócio-económico deste sector de actividade.

1.ªs JORNADAS TÉCNICO - PEDAGÓGICAS

No âmbito do Plano Nacional de Emprego, procedeu o IEFP à reorganização da sua oferta formativa, em unidades capitalizáveis, tendo em vista torná-la mais flexível e adaptável às diversas modalidades de formação inicial e contínua, aos diferentes públicos-alvo visados e a contex-

tos formativos diferenciados.

Após a revisão dos programas, e dada a necessidade de reforçar o envolvimento dos Técnicos, com responsabilidade na Rede de Centros do IEFP pela gestão e desenvolvimento da formação, na consecução dos objectivos e princípios orientadores que estão na base da construção do novo modelo de organização da formação assente em unidades capitalizáveis, o IEFP

dinamizou as primeiras Jornadas Técnico-Pedagógicas, que tiveram lugar no Hotel Costa da Caparica, nos passados dias 1, 7, 8, e 9 de Outubro de 1998.

Estas Jornadas tiveram como objectivo criar um espaço para a partilha de ideias e experiências, a identificação de medidas, recursos e instrumentos a operacionalizar para apoio da implementação das acções no terreno e, ainda, facilitar a criação de

uma rede informal de interajuda entre os participantes.

Nas Jornadas participaram mais de 400 Dirigentes, Técnicos e Formadores (internos e externos), que, na Rede de Centros, asseguram a implementação dos percursos formativos assentes em unidades capitalizáveis.

Os trabalhos decorreram em subgrupos, organizados em função das 15 áreas de formação (Sócio / Cultural; Administração / Gestão; Comércio; Informática; Serviços Pessoais e à Comunidade; Hotelaria, Restauração e Turismo; Mecânica e Manutenção; Metalurgia e Metalomecânica; Energia, Frio e Climatização; Electricidade, Electrónica e Telecomunicações; Construção Civil e Obras Públicas; Madeiras, Cortiça e Mobiliário; Agricultura e Pescas; Indústria Gráfica e do Papel; Têxtil e Vestuário) até agora objecto de reforma.

No decurso das Jornadas, foram salientados, pelos participantes, alguns dos aspectos mais significativos da presente reforma. Neste particular, foi enfa-



tizado: o alargamento das oportunidades de acesso à formação a mais formandos; uma maior flexibilidade na operacionalização das acções e, consequentemente, uma maior adequação da formação às necessidades e características dos diferentes públicos-alvo; o aumento da empregabilidade dos utentes da formação.

Como aspectos a melhorar foi referida a necessidade de aprofundar: a articulação entre as componentes de formação Sócio-Cultural, Científico-Tecnológica e Prática em Contexto de Trabalho; ajustar e desenvolver recursos formativos adaptados aos novos modelos e sistemas de formação; de melhorar a gestão da logística e dos recursos, nomeadamente no sentido de au-

mentar a disponibilidade dos formadores para outras actividades além da monitoragem, como sejam a revisão e produção de programas e recursos didácticos, a promoção da formação no exterior e junto das empresas e o acompanhamento da formação prática em contexto de trabalho.

O encerramento das Jornadas contou com a presença de Sua Exa. o Senhor Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, que, aproveitando a oportunidade, reafirmou a necessidade e a urgência na operacionalização e acompanhamento da reforma em curso.

Assim, estas primeiras Jornadas terão certamente continuidade, prevendo-se desde já a realização de um 2.º Encontro, em Dezembro.

Aconteceu...

ESCOLA DE LEITURA E DE ESCRITA

O Projecto *Escola de Leitura e de Escrita* foi concebido como resposta a uma necessidade sentida ao longo de décadas, mas que nos últimos anos se tem vindo a afigurar mais premente.

Tomando em consideração os dados estatísticos que aferem o índice de leitura dos portugueses, a nossa posição, relativamente à dos nossos parceiros europeus, é de clara desvantagem. A consciência deste facto, somada às condicionantes do nosso sistema de ensino, levou a Prof^a. Dra^a. Maria Helena Dá Mesquita a pensar numa escola alternativa que propusesse uma abordagem simultaneamente mais séria e mais lúdica da língua materna.

Integram-se neste projecto, de forma a torná-lo mais rico, atraente, vivo e multifacetado, actores e outros profissionais da arte e da técnica de *ler* e de *dizer*.

Os escritores, por sua vez, colaboram nas aulas de escrita, na

medida em que podem levar a compreender o processo de criação literária nos seus vários níveis de comunicação linguística, assim como nas variantes formais correspondentes.

Os destinatários desta iniciativa, que já tem alguns anos de vida, são prioritariamente alunos a partir do 9º ano, que, desejando ter acesso à Universidade, sentem lacunas na sua formação de base na área da Língua e da Cultura Portuguesas. No entanto, ela também se dirige a educadores, formadores e formandos, professores do ensino básico e secundário, outros profissionais e alunos universitários de todas as áreas.

A *Escola* funciona e tem o seu secretariado em instalações cedidas pela Associação Portuguesa de Escritores – APE, sitas na Rua S. Domingos à Lapa, 17 – 1200 LISBOA (Tel. 3972341).

escola
de
leitura e
de
escrita e

FORMAÇÃO DE FORMADORES E CONSULTORES ENSINO A DISTÂNCIA COM INTERNET E MULTIMÉDIA

A FORMEDIA deu início, no passado dia 3 de Setembro, a um curso de Formação de Formadores, destinado a formadores e consultores de PME, especialistas da área de Engenharia Financeira.

Este curso, com características inovadoras, é composto por uma componente presencial e outra a distância, apoiada em tutoria, nomeadamente através da Internet.

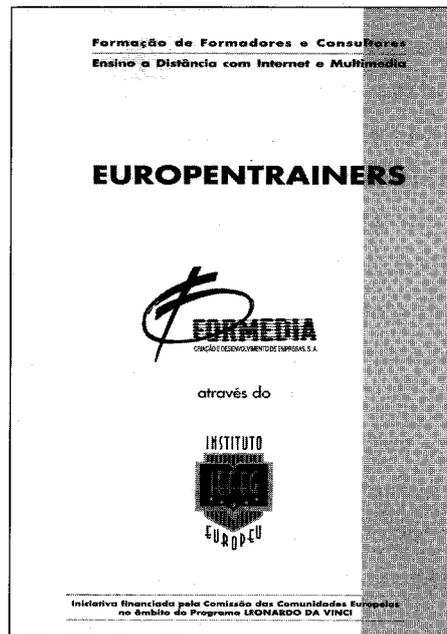
O curso, financiado pelo programa PEDIP II e dinamizado pelo IAPMEI, foi homologado pelo IIEFP, contando com os contributos de formadores de elevado nível, nacionais e estrangeiros.

O tronco principal e fio condutor deste programa, tem por base metodologias e um conjunto de materiais desenvolvidos em cooperação internacional, pelo projecto Europentrainers.

O Europentrainers é uma ini-

ciativa financiada pela Comissão das Comunidades Europeias no âmbito do programa Leonardo da Vinci e liderado pela FORMEDIA. Conta com a colaboração internacional da Durham University Business School (Grã-Bretanha), IDEC

(Grécia), École Supérieure de Commerce Chambéry (França), Lahti Politechnic (Finlândia), Mgruppen (Suécia) e CSCC (Escócia). Os parceiros nacionais são a Universidade Aberta, ISD, ICL, APPC, AIPortuense, ACL e Aerlis.



Aconteceu...

UMA ESCOLA PRÉ-BANCÁRIA

O Curso Geral Bancário, em regime de Alternância (Aprendizagem) é uma iniciativa conjunta do Instituto de Formação Bancária e do Instituto do Emprego e Formação Profissional, que o apoia pedagógica e financeiramente. Destina-se a jovens dos 15 aos 21 anos que tenham concluído o 9º ano de escolaridade e que pretendam obter uma formação técnico-profissional orientada para o exercício da profissão bancária.

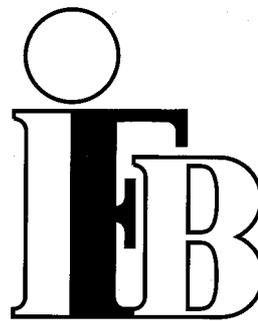
O Curso decorre, durante os três anos que o constituem, de forma alternada entre o Centro de Formação e a Empresa, permitindo aos formandos o contacto directo com o posto de trabalho. Os jovens permanecem e são acompanhados no local de trabalho, durante cerca de três meses em cada ano.

No final, é passado um Certificado de Aptidão Profissional (CAP) com equivalência ao 12º Ano do ensino oficial e ao nível II de qualificação profissional da União Europeia.

A grande adesão dos Bancos ao projecto resulta do facto de poderem rejuvenescer os seus quadros com jovens já dotados de elevada preparação técnica e razoável experiência prática.

A 7ª edição do projecto teve início a 15/09/97, com a participação de 276 alunos, 125 dos quais no 1º ano. Uma semana antes, cerca de 70 diplomados terminaram o Curso.

Os bancos associados mantêm um bom nível de adesão ao projecto. Com efeito, desde a 1ª edição, são já 27 as Instituições Financeiras que têm acolhido Formandos proporcionando-lhes nos Postos de Trabalho, uma formação profissional de qualidade.



Instituto
de Formação
Bancária

Vai acontecer...

6º ANO DE SUCESSO "SEMANA DO EMPREGO 1998"

Realiza-se de 3 a 5 de Novembro, no Palácio dos Congressos, em Bruxelas, a "Semana do Emprego 98".

Vai ser um fórum para debate e discussão sobre as implicações dos acordos e compromissos dos Chefes de Estado e Governos no sentido de transformarem o êxito das políticas de emprego de 1997 numa estratégia de implementação para 1998.

Passar-se-ão em revista as práticas que se encontram por detrás da estratégia e das actividades que estão em desenvolvimento nos 15 estados Membros, com o objectivo de se implementar, em 1998, as linhas mestras respeitantes às respectivas políticas de emprego.

A Conferência terá lugar pouco tempo antes da realização da Cimeira da Presidência Austríaca, a qual se debruçará sobre a evolução da nova estratégia de emprego registada no 1º ano.



Será possível delinear algumas conclusões sobre a direcção das linhas de actuação para as políticas de emprego dos Estados Membros para 1999, as quais serão igualmente examinadas na Cimeira.

A "Semana do Emprego" atrai todos os anos para cima de 1000 participantes, de mais de 30 países. Este acontecimento tornou-se uma oportunidade única, para aqueles que trabalham no terreno em questões ligadas ao emprego, de trocarem entre si conhecimentos e experiências.

A Conferência tem atraído

oradores do mais alto nível, incluindo o Presidente da Comissão Europeia, o Director-Geral do ETUC, o Secretário de Estado do Trabalho dos Estados Unidos e o Comissário para o Emprego, Relações Industriais e Assuntos Sociais.

Uma dinâmica importante de todo este evento é a exposição com ele relacionada. No último ano, participaram mais de 150 organizações e empresas, tendo estado também presentes os Ministérios do Trabalho de Estados Membros e não-Membros.

(continua) ►

Vai acontecer...

(continuação) ►

ESTRUTURAÇÃO DA CONFERÊNCIA E RESPECTIVOS OBJECTIVOS:

- *Sessões Plenárias*, onde se discutirá e debater-se-á, ao mais alto nível, o tema central "Como pôr em prática as políticas de emprego".
- *Sessões sobre Directrizes relativas ao Emprego*, para discussão pormenorizada dos principais problemas que afectam, hoje e no futuro próximo, o mercado de trabalho na Europa.
- *Sessões de Informação*, para partilha de experiências e informação detalhada acerca da Comissão Europeia e Projectos em curso relacionados com as políticas de emprego.
- *Sessões de Discussão*, para troca de experiências, em pequenos grupos, centradas em problemas práticos.

7º FÓRUM CAP MAGELLAN

À semelhança dos anos anteriores, o IIEFP vai participar no 7º Fórum Cap Magellan, o qual terá lugar em Paris (Espaço Champerret), de 27 a 29 de Novembro próximo.

As temáticas versadas neste evento serão os Estudos, a Formação, o Emprego, a Cultura e a Sociedade.

Esta iniciativa visa responder às perspectivas dos jovens luso-descendentes relativamente às questões que se relacionam com o seu eventual regresso ou com a expectativa de desenvolvimento de uma experiência profissional em Portugal.

O IIEFP participará neste Fórum com um stand, no espaço exposicional relativo à temática "Formação Profissional e Emprego", e intervirá no Colóquio "O Emprego em Portugal", com a apresentação de comunicações sobre o Emprego e a Certificação Profissional.



INTERNET

ALGUNS SITES NA INTERNET SOBRE A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO

.....

A Internet é, mais do que nunca, uma via que se impõe a quem procura estar informado sobre os mais variados temas.

Assim, e porque nos parece de interesse para os leitores da FORMAR, passamos a transcrever extratos de um texto inserido num dos últimos números do INFFO FLASH, publicado pelo Centro Inffo (Centro para o Desenvolvimento da Informação sobre a Formação Permanente) onde são dados a conhecer alguns dos sites internet sobre a educação e a formação.

.....

www.afpa.fr

Site da Associação Nacional para a Formação Profissional dos Adultos, em França. Divulga toda a sua oferta formativa, propostas de serviços e desenvolvimento das formações.

www.andcp.fr

Site da Associação Nacional dos Directores e Quadros da Função Pessoal, em França. Divulga os contactos, agenda, publicações, forums e estágios dos seus três centros de formação: o CEDIP (Centro de Estudos para a Direcção do Pessoal), o CERDHO (Centro de Estudos e Realizações para o Desenvolvimento das Pessoas e das Organizações) e o CODE

(Centro de Observação da Directiva Europeia sobre a Consulta dos Trabalhadores das Empresas de Dimensão Comunitária).

www.anpe.fr

Site da Agência Nacional para o Emprego, em França. Divulga os direitos ao emprego, trabalho e formação profissional e respectivos procedimentos a adoptar para lhes ter acesso.

www.ardemi.fr/fffod/

Site do Forum Francês para a Formação Aberta e a Distância. Divulga as 10 propostas para o desenvolvimento do multimédia pedagógico e numero-

dos endereços de sites internet relacionados com estas actividades, no mundo.

www.centre-inffo.fr

Site do Centro para o Desenvolvimento da Informação sobre a Formação Permanente, em França. Faz a apresentação dos departamentos do Centro (Jurídico, Documentação, Observatório, Bases de Dados sobre a Oferta de Formação, Agência de Informação...). Dispõe ainda de uma rubrica actualizada (comunicações, agenda), a apresentação do dispositivo francês, um abecedário de siglas e uma base de dados com endereços úteis, os dossiers do Inffo Flash e da «Actualité de la Formation Permanente».

www.cereq.fr

Site do Centro de Estudos e Pesquisas sobre as Qualificações, em França. Divulga as suas missões, departamentos e serviços, publicações, uma base de dados bibliográfica e a base REFLET

www.cnam.fr

Site do Conservatório Nacional das Artes e Ofícios, em França. Faz a apresentação do CNAM e de quatro instituições: o Instituto Informático de Empresa, o Centro de Estudos e Investigação em Informática, o Instituto Nacional das Técnicas de Documentação (INTD) e o Instituto Nacional de Estudos do Trabalho e da Orientação Profissional (INETOP).

www.cndp.fr

Site da rede dos Centros de Documentação Pedagógica, em França. Inclui notas de actualidade, informações sobre os recursos editados pelo CNDP, a rede dos CRDP e as manifestações ligadas às novas tecnologias educativas.

www.cned.fr

Site do Centro Nacional do Ensino a Distância, em França. Faz a apresentação da estrutura, notas de actualidade, catálogo das formações, campus electrónico – um grande fórum de intercâmbio à atenção dos formadores e dos utilizadores.

www.cru.fr

Site do Comité Rede das Universidades, em França. Divulga os representantes dos diferentes estabelecimentos de ensino superior que detêm competência e responsabilidade no domínio das comunicações e das redes e dá informações sobre o ensino a distância.

www.cyberdefi.tm.fr/cidj

Site do Centro de Informação e Documentação da Juventude, em França. Divulga os serviços, as publicações, a rede e informações sobre a Europa.

www.educaweb.org

Site do «Forum Permanente Educação-Formação», em França. Procura estabelecer um diálogo permanente em torno das problemáticas da função formativa no emprego, a vida económica e o progresso social.

www.formanet.com

Plataforma de orientação no mundo da educação e da formação.

www.injep.fr

Site do Instituto Nacional da Juventude e da Educação Popular, em França. Divulga o seu centro de recursos, a rede Infojuventude, publicações e estudos e um calendário das formações.

www.inrp.fr

Site do Instituto Nacional de Investigação Pedagógica, em França. Divulga o Instituto e os seus serviços.

www.lacinqieme.fr

Site da Cadeia do Conhecimento. Tem um acesso à BPS, Banco de programas e serviços: uma base de dados de emissões, reportagens e documentários através de uma antena satélite. Este serviço interessa especialmente aos organismos que lutam contra a exclusão social e aos centros de formação.

www.mipplus.org

Site da Associação para o Desenvolvimento do Multimédia Informatizado Pedagógico Francófono. Divulga novos produtos de formação multimédia e os sites internet com utilidade.

www.mirandole.tm.fr/

Guia da France Télécom para a educação. Reportório de sites.

www.onisep.fr

Site do Serviço Nacional de Informação sobre o Ensino e as Profissões, em França.

www.oravep.asso.fr

Site do Observatório de Recursos para a Formação, em França. Dirige-se aos profissionais da formação interessados pelo multimédia e pela formação aberta e a distância. Fornece informações sobre as práticas de FOAD, os recursos pedagógicos, 5000 vídeos e aplicações informáticas, mais de 200 avaliações de produtos e 400 editores.

www.orme.cndp.fr

Site do Observatório de Recursos Multimédia na Educação (ORME), em França, criado pelos Centros de documentação pedagógica CNDP, CRDP e CDDP.

www.worldnet.net/ote/

Site do Observatório das Tecnologias para a Educação na Europa, uma associação de profissionais da educação, da formação e do multimédia.

http://europa.eu.int

Site da União Europeia. Inclui nomeadamente relatórios em texto integral, comunicações e informações da Comissão de Bruxelas, além da base de dados de notas de actualidade « Rapid ».

http://europa.eu.int/en/comm/dg22/lb/fr/lbhfr.html

Site para ter acesso ao Livro Branco da Comissão Europeia sobre a Educação e a Formação.

http://europa.eu.int/en/comm/dg22/leonardo.html

Site sobre o programa comunitário «formação profissional inicial e contínua», LEONARDO DA VINCI.

http://europa.eu.int/en/comm/dg22/socrates.html

Site sobre o programa comunitário «formação inicial», SOCRATES.

http://ortelius.unifi.it

Site da base de dados europeia sobre as universidades, as escolas superiores, as academias e as possibilidades de aprendizagem na Europa.

www.cedefop.gr

Site do Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional, na Grécia. Fornece informações gerais sobre projectos e redes, visitas de estudo, publicações, etc. De notar a possibilidade de receber por E-mail notas informativas sobre a formação.

www.coe.fr

Site do Conselho da Europa (40 países aderentes). Divulga as convenções e recomendações, nomeadamente no domínio da cultura e da educação, para além do texto da Carta Social Europeia.

www.etf.it

Site da Fundação Europeia para a Formação, em Turim. Fornece informações sobre os programas comunitários PHARE, TACIS e os seus eixos TEMPUS.

www.eurydice.org

Site da rede de informação sobre a educação na Europa. Inclui a base de dados sobre os sistemas educativos na Europa- Eurybase.

www.forem.be

Site do FOREM-Serviço Comunitário e Regional da Formação Profissional e do Emprego, na Bélgica.

www.ilo.org

Site da OIT- Organização Internacional do Trabalho, em Genève. Divulga normas internacionais do trabalho, relatórios, comunicações e publicações.

www.racine.asso.fr

Site da Associação RACINE- Rede de Apoio e de Capitalização das Inovações Europeias, em França. Presta informações sobre os programas comunitários,

nomeadamente o LEONARDO DA VINCI, EMPLOI, ADAPT, os Objectivos 3 e 4.

www.bibbe.de/

Site do Bundesinstitut fur Berufsbildung, na Alemanha.

www.irlgov.ie/educ/

Site do Ministério Irlandês da Educação (Departamento de Educação-Secção Internacional).

www.open.gov.uk

Site do Ministério Britânico da Educação e do Emprego, Delegação para a Educação e a Formação (Departamento de Educação e Emprego-EC, Divisão de Educação e Formação).

www.secomunidades.pt/informações/iefp.html

Site do IEFP- Instituto do Emprego e Formação Profissional, em Portugal.

http://seva.iol.it/isfol/

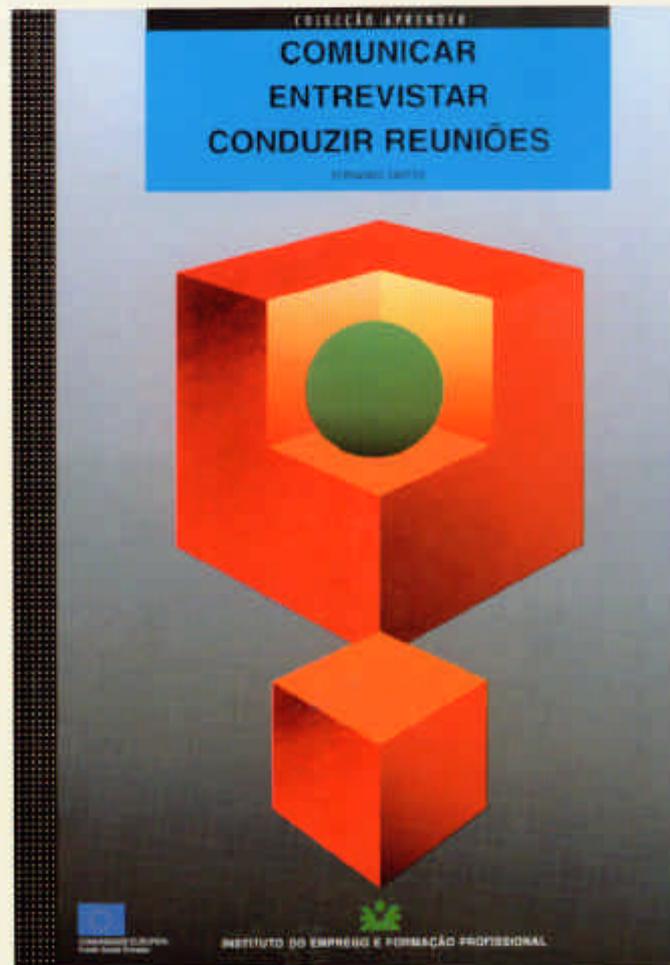
Site do ISFOL- Instituto para o Desenvolvimento da Formação Profissional dos Trabalhadores, em Itália.

www.syrecos.lu/test2/infpc.html

Site do INFPC- Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Formação Profissional Contínua, no Luxemburgo.



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE



Conheça as nossas publicações!

DISTRIBUIÇÃO E VENDA:
Gabinete de Comunicação
-Núcleo de Informação Científica e Técnica
Av. José Malhoa, 11 • Piso 0 • 1070 Lisboa
Telefone 722 70 00

Eu quero
alguém ser



proporciona aos jovens

Formação Profissional

experiência na empresa

equivalência escolar

Inscribe-te já
no teu Centro
de Emprego.



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE

COMUNIDADE EUROPEIA

Fundo Social Europeu

